

## Ponto de Vista

Um dos legados da última década do século XX para a sociedade brasileira do século XXI será o enfoque renovado sobre alguns conceitos, dentre eles citamos: neoliberalismo, vulnerabilidade externa, exclusão social e nação.

*Neoliberalismo: revitalização da ideologia centrada na maior liberdade para as forças de mercado, menor intervenção do Estado, desregulamentação, privatização do patrimônio público, preferência revelada pela propriedade privada, abertura para o exterior, ênfase na competitividade internacional e menor compromisso com a proteção social.*

Começamos, na década de 90, a sentir os efeitos da onda neoliberal iniciada nos anos 80. O mercado quase que personificado, exige total atenção e perturba o nosso cotidiano com a cotação do dólar, as oscilações das bolsas, a avaliação da Standard & Poor's, o risco Brasil, fragilidade do setor público, privatizações, flexibilização das leis trabalhistas... É preciso enfatizar que todo este arsenal de palavras recebe um tratamento superficial no qual ninguém precisa entender nada, basta ficar atônito e tonto. Situação favorecida pela mídia que, salvo raríssimas exceções, perdeu a sua capacidade de análise e encontrou na persuasão ilusória um instrumento de (des)informação.

*Vulnerabilidade externa: reduzida capacidade de resistência diante de pressões, fatores desestabilizadores ou choques externos. A vulnerabilidade externa é tão maior quanto maiores forem os custos do processo de resistência ou ajuste.*

Conceito incorporado à realidade inquietante do brasileiro quando o governo FHC enviou para o espaço a soberania monetária e financeira do País. Escoltando a idéia da vulnerabilidade, aparecem as expressões: fragilidade das economias "emergentes", capitalização da credibilidade, influxos dos empréstimos externos, reservas internacionais, FMI e o superávit no orçamento primário, Carta de Intenções, Dever de Casa...

*Exclusão social: grupos humanos não têm acesso a bens, serviços e meios de produção (uso, controle e propriedade) que permitem a satisfação das necessidades básicas nas dimensões econômica, política, social, cultural e afetiva.*

Segundo o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, há no Brasil 53 milhões de pobres. Estes, parecem ter perdido as características humanas uma vez que não são consumidores nestes tempos de "livre mercado". As palavras que seguem este conceito são assaz antigas e conhecidas: prática eleitoreira, indústria da seca, êxodo rural, carro-pipa, concentração da renda, latifúndio improdutivo, desemprego estrutural, subnutrição. Que conceito este grupo tem sobre a democracia?

*Nação: "Grupo humano consciente de formar uma comunidade e partilhar uma cultura comum, ligado a um território claramente demarcado, tendo um passado e um projeto comuns e a exigência do direito de se governar" (Guibernau apud Gonçalves, 1997, p.56).*

Este conceito precisa ser reintegrado à vida brasileira e integrado a "nova consciência de ser mundo". Milton Santos extrapola o estéril pensamento neoliberal quando pensa o mundo e a humanidade múltipla ciente das contínuas e inúmeras possibilidades sobre novos entendimentos e recomeços.

Queremos viver o significado das expressões: distribuição da renda e da terra, capacidade agrícola, acesso à moradia, educação, saúde, sistema tributário justo, igualdade social, poupança interna, investimento estatal, processo produtivo, desprivatização, organização sindical, crescimento do mercado interno... Tudo isso torna possível a construção de um novo modelo econômico no qual a Economia Sustentável e Solidária permitirá a esperança no futuro e a certeza de que uma "outra globalização" é possível.

## BRASIL E ARGENTINA: ENTÃO ELES MENTIRAM PARA NÓS? p.2

Samuel Costa Filho & Luiz Carlos Rodrigues Cruz "Puscas"

## O MERCADO DE TRABALHO NO PIAUÍ p.6

William Jorge Bandeira

## O PASTOREIO ESCRAVISTA NA FORMAÇÃO ECONÔMICA DO PIAUÍ p.8

Solimar Oliveira Lima

## PÓLO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO URUÇUI-GURGUÉIA p.10

Rita de Cássia Carvalho Santos & Jaíra M<sup>te</sup> Alcobaça Gomes

## FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO: ALGUMAS REFLEXÕES p.13

Gérson Albuquerque de Araújo

## ENTREVISTA COM O PROFESSOR REINALDO CARCANHOLO p.14

## ÍDOLOS E MICARINA p.18

Gadafy de Matos Zeidam

## REPENSANDO A CIDADE p.18

Hildensilson de Araújo Sousa

## DESENVOLVIMENTO HUMANO NOS CERRADOS PIAUIENSES p.18

Edson Pereira de Sá

## HÁBITOS DE COMPRA DO CONSUMIDOR BRASILEIRO EM SUPERMERCADOS p.19

Tiago Cardoso Rosa

## O SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO p.21

Samuel Costa Filho

# BRASIL E ARGENTINA: ENTÃ

Samuel Costa Filho\* e Luis Carlos Rodrigues Cruz "Puscas" \*\*

No Brasil, o noticiário e o discurso econômico de jornais, da TV e de revistas semanais consegue informar e esclarecer a população em geral ou ao cidadão da classe média, que não disponha de graduação em Economia sobre questões econômicas, sobre o comportamento da economia brasileira e da economia mundial?

No livro *A Era do Conformismo: as expectativas econômicas frustradas*, o economista Paul Krugman (1992) afirma existir três espécies de leitura sobre economia: o "grego", o "sobe-e-desce" e a leitura "de aeroporto". O "grego" compreende a maneira como os profissionais e professores se comunicam. É constituído de notação formal, teórica e/ou matemática. Acontece que para os indivíduos não iniciados na Ciência Econômica fica difícil a compreensão até dos melhores textos dessa disciplina. Do mesmo modo que nos outros campos da academia, encontramos entre os economistas o seu quinhão de "picaretas" e "charlatões", usando uma linguagem complicada para encobrir a banalidade de suas idéias.

A economia de "elevador" ou do "sobe-e-desce" é apresentada diariamente pela mídia nas páginas de economia dos jornais e nos noticiários dos telejornais. Preocupado com as últimas notícias e os números mais recentes da economia, esse noticiário se apresenta incompreensível e terrivelmente monótono, passando a impressão de que a economia do "sobe-e-desce" é tudo o que os economistas sabem ou fazem.

Por fim, a economia de "aeroporto", cuja linguagem a torna quase sempre um best-seller de economia, apresenta uma visão pessimista ou otimista sobre o futuro da atividade econômica. Essa espécie de leitura costuma ser engraçada, raramente bem informada e jamais séria. Apresenta uma falta de meio termo entre a catástrofe e a bem-aventurança, ou seja, ou a economia está para entrar em crise, ou tudo está às mil maravilhas. De tal forma que quem está esperando uma crise profunda acaba achando que estamos até indo bem. Ocorre que existe uma enorme diferença entre evitar crises e ir bem.

Ainda, segundo Krugman, diante destas opções de leitura, o público americano e os mais diferentes profissionais que desejam ficar bem informados da situação e do dia-a-dia da economia ficam como que desapontados por não conseguirem entender a realidade econômica em que vivem.

Ora, se essa postura e comportamento se verifica no chamado "mundo desenvolvido", constituído de pessoas

relativamente bem informadas e instruídas, o que não deverá acontecer em um país como o BRASIL? E o que não dizer do Brasil durante a última década, que aliado à leitura do "sobe-e-desce" na área da Economia apresentou um comportamento da mídia que, de uma maneira intencional, a crítica e quase que irrestrita incitou nossa população, e a classe média em particular, na defesa de **um projeto de reestruturação econômica e do Estado alicerçado na abertura comercial, antisocial e antinacional**. Vivenciamos uma década em que o discurso econômico nos meios de comunicação de massa objetivou persuadir a população e não explicar os fatos (Kucinski, 1999).

Eleito em 1994, o presidente Fernando Henrique Cardoso prometeu em sua campanha priorizar a área social, tendo inclusive apresentado os dedos da mão com os cinco pontos prioritários: SAÚDE, EDUCAÇÃO, EMPREGO, AGRICULTURA E SEGURANÇA.

Como é do conhecimento geral, durante o 1º mandato de Fernando Henrique Cardoso, a propaganda oficial, as televisões, os jornais e as rádios apresentaram o governo e seu projeto para a nação em tons bastante ufanistas, de tal forma que o atual governo apareceu como aquele que havia reduzido a miséria no país, melhorado a distribuição de renda, proporcionado melhores condições de vida a população pobre e tirado milhões de brasileiros da miséria.

Mesmo diante de questões graves como a compra de votos para reeleição, sujeira das licitações como demonstrou o grampo do BNDES, assessores metidos em supostas falcaturas (o Sr. Eduardo Jorge, por exemplo), o sucesso do Plano Real possibilitou que todas essas graves questões fossem esquecidas e jogadas para debaixo do tapete. Hoje, não se discute e questiona as "traquinagens do governo federal" com o dinheiro público. O caso do aluguel de energia elétrica emergencial que poderá custar até R\$ 16 bilhões aos cofres do tesouro, e o esquema salva-Globo (o suposto empréstimo do BNDES a Globocabo) são emblemáticos.

Até mesmo as declarações absurdas do "príncipe", sobre diferentes segmentos da população, foram prontamente abafados. Durante os seus dois mandatos, o presidente Fernando Henrique jogou o consumidor contra os empresários nacionais chamando-os de "esses aproveitadores"; colocou o contribuinte contra os funcionários públicos, "esses marajás"; o pobre contra os agricultores, "esses caloteiros"; a opinião pública contra os aposentados

"esses vagabundos" (Biondi, 2000). Acusou os sem-terra de cooperar com produtores da maconha no Nordeste; os empresários que foram afetados pela política de juros elevados e pela irresponsável e indiscriminada abertura comercial foram chamados de "ineficientes e atrasados"; funcionários públicos foram também chamados de "vagabundos"; os críticos do plano Real foram acusados de catastofistas e impatrióticos; os professores foram acusados de serem profissionais que por não saberem fazer nada viravam professores.

E mais uma. Ricardo Oliveira que foi arrecadador de fundos das campanhas do José Serra para a Câmara, em 1990, e o Senado em 1994, foi acusado de cobrar propinas para a campanha do candidato do governo a presidência da república. O ex-arrecadador de fundos do PSDB teria cobrado comissão na privatização da Vale, segundo a revista VEJA. Em matéria de capa de maio de 2002, a revista Veja diz que o ex-diretor do Banco do Brasil Ricardo Sérgio de Oliveira, um dos arrecadadores de recursos para as campanhas de 1990 e 1994 de José Serra, pediu 15 milhões de reais de comissão ao empresário Benjamin Steinbruch, que dirigiu o consórcio que venceu o leilão de privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

Nessa última década as oposições, as críticas, e até as propostas alternativas da oposição, praticamente desapareceram dos meios de comunicação e foram ridicularizadas. A mídia procurou passar a idéia e a imagem de que as oposições não possuíam nenhuma proposta alternativa para o Brasil. (Lesbaupin, 1999).

As dissidências contra a política econômica do governo FHC não puderam se manifestar e não tiveram espaço nos meios de comunicação. Algumas raras e boas exceções foram o Jornal Folha de São Paulo, a revista Carta Capital e os colonistas Jânio de Freitas, Carlos Heitor Cony, Aloísio Biondi e José Simão.

Nem mesmo hoje, diante da crise que se abate sobre a sociedade e a economia Argentina, que representa o caso mais puro e mais grave de subordinação ao mercado e aos ditames do grande capital internacional, somos informados das nossas fragilidades. Duvido que a população em geral e a classe média em particular se sintam enganada pela mídia depois de todas as promessas de modernidade, integração e inserção ao primeiro mundo realizada pelo governo FHC na década passada, principalmente no primeiro mandato.

# O ELES MENTIRAM PARA NÓS?

Então eles mentiram para nós? Próximo do término de seu 2º. Governo, o fato mais relevante da nossa economia é que essa não vai bem, sobretudo se comparada com qualquer expectativa e perspectiva anteriormente a nós vendida e apresentada quer seja pela mídia, pela equipe econômica e pelo governo federal.

O presente artigo tem por objetivo apresentar e transmitir alguns fatos que os economistas e o governo de Fernando Henrique Cardoso conhecem, mas não é apresentada de forma clara a toda população. É importantíssimo que compreendamos a atual situação da economia brasileira para que possamos acordar da nossa letargia, encarando nossos problemas de frente, em vez de deixá-los sobre o controle de uma equipe econômica descompromissada com o futuro da nação. O início de uma reação nacionalista deve se basear na sua completa compreensão. Trata-se, pois, de um panfleto político, um chamamento à razão. É talvez algo mais raro: uma tentativa de explicar a natureza das coisas e seus porquês. (Krugman, 1992).

Semelhante ao modelo Argentino, a política econômica escolhida pelo governo brasileiro foi liberal, guiada pela integração passiva e submissa à economia globalizada e apoiada na abertura comercial. O grande capital internacional e os mercados financeiros globalizados ditaram as regras que nosso país se submeteu, elevando a nossa grande vulnerabilidade e dependência de capitais externos.

As elites aculturadas da América Latina se deixaram convencer facilmente pelas idéias e propostas divulgadas pelos liberais e pelo Consenso de Washington, de que os recursos externos fluiriam na exata medida de nossa adesão à política ortodoxa liberal. Acreditou-se na crença da oferta ilimitada e infinita de recursos do mercado internacional. Hoje, até o nosso "príncipe", sabe que a adesão ao neoliberalismo acabou em tragédia.

A Argentina esforçou-se ainda mais que o Brasil para seguir e cumprir as recomendações dos economistas liberais do Consenso de Washington e da escola de Chicago. Nem mesmo por ter cumprido toda as recomendações, num caso extremo de submissão, a Argentina obteve tratamento diferenciado dos grandes investidores dos mercados financeiros. Quando as privatizações acabaram e as oportunidades lucrativas se reduziram, os investimentos diretos na Argentina diminuíram. Não adiantou a conversibilidade da moeda nacional, o Currency Board, a adesão ao modelo liberal como política visando criar uma plataforma de exportação. A adesão às políticas liberais de Domingos Cavallo

terminou em tragédia e convulsão social (O'Connor, 2002).

Os sucessivos acordos realizados com o Fundo Monetário Internacional (FMI), serviram apenas para agravar questões sociais, prolongar a agonia do modelo argentino e viabilizar a saída ordenada dos investimentos estrangeiros do país. Depois de editar diversos planos econômicos que cada vez mais arruinaram o país, o governo argentino ficou só. Até o FMI o abandonou.

**A situação do Brasil é, em essência, a mesma da Argentina.** Semelhante ao México e a algumas nações dita emergentes, Brasil e Argentina (cujo processo de integração aos mercados internacionais começou bem antes) montaram uma estratégia de combate à inflação e de desenvolvimento econômico contando com a crescente liquidez e afluxo de capitais para os países periféricos que se abrissem à globalização.

O plano Real e todo os programas de estabilização macroeconômico de reformas monetárias implementados em diferentes países da América Latina, em especial, o México de Salinas, o Peru de Alberto Fujimori, a Argentina de Carlos Menem e a Bolívia, pertencem a uma "família" de planos que seguem o mesmo figurino. **Nós apenas fomos o último.**

O Plano Real atende prioritariamente as exigências de expansão do capital financeiro internacional que necessita de estabilidade das moedas, exige livre trânsito de entrada e de saída e precisa de novas oportunidades para investimento. Destina-se a eliminar com a inflação, mas não a assegurar a estabilidade da economia.

A ideologia do mercado concentrou ênfase apenas nos aspectos que interessavam ao capital financeiro. Nesse processo se fez necessário um combate à inflação apoiado na âncora cambial e nas importações, sustentado e apoiado, na já mencionada, oferta ilimitada de recursos internacionais que viabilizaria o temerário endividamento externo. Complementavam o quadro de políticas recomendadas, a abolição de qualquer forma de controle sobre o capital, uma política deliberada de obtenção de superávit fiscal para garantir o pagamento dessa dívida, uma política de privatização desenfreada criando oportunidades de negócios para os capitais internacionais e o desmantelamento do Estado Social.

Do mesmo modo que na época dos romanos que selecionavam pessoas para estudar e se "preparará" para, posteriormente, retornarem às suas regiões de origem e lá aplicarem a política da elite romana, uma geração de economistas

latino-americana viabilizou essa política que interessava ao capital financeiro nos seus países de origem. Formados e/ou com cursos de pós-graduação em universidades estrangeiras, principalmente nos Estados Unidos da América, cuja formação é baseada exclusivamente em modelo macroeconômicos, esses economistas implementaram as medidas recomendadas com dever de casa para que os países emergentes se tornassem aptos para o recebimento de recursos internacionais. A formação desses profissionais americanizados apresenta como característica a falta de conhecimento do mundo real, dos processos de desenvolvimento, dos valores sociais e de políticas essenciais para construção de uma nação. Esses economistas prontamente assumiram a defesa e o comando desse processo. Além do que, a execução dessa tarefa propiciou a esses "profissionais" e "consultores" respeitabilidade e aumentou as oportunidades de atuação deles junto ao mercado financeiro em expansão (Nassif, 2001).

Essa "agenda negativa" foi, desde cedo, reconhecida e condenada por parte dos economistas que, por esse ato, foram ridicularizados pela propaganda oficial, pelo Príncipe e pela mídia. Em 1995 a professora Maria da Conceição Tavares já nos apresentava o que representaria para o Brasil a utilização de tal modelo: *"Estas políticas negativas têm como resultados globais três tendências difíceis de reverter: as primeiras são os desequilíbrios potenciais do balanço de pagamentos em transações correntes, associado a uma segunda que é uma crise fiscal permanente. A terceira tendência é o desemprego estrutural que está envolto na destruição dos aparelhos produtivos e do Estado"*.

Dessa forma, não convém acreditarmos nesse argumento frágil e tolo de que foram as crises externas (México, Rússia, Tigres Asiáticos e Argentina) as grandes responsáveis pela falência do plano Real, da nossa nova tutela junto ao FMI e da elevação da vulnerabilidade externa que nos coloca quase uma camisa de força e nos impede de crescermos a taxas adequadas. **Todas essas mazelas e fragilidades fazem parte do modelo utilizado e da proposta implementada e seguida.**

O Brasil, ao implementar esse modelo, que tinha no seu núcleo básico a âncora cambial sobrevalorizada e a abertura comercial sabia ou deveria saber dos riscos que estava correndo. Constantemente, a propaganda oficial e a equipe econômica, com grande colaboração da mídia, tentaram passar a

impressão de que não tínhamos nada a ver com o problema e éramos apenas vítimas de tal situação, ou seja, vítimas da crise momentânea dos mercados globalizados.

A ancoragem cambial com moeda sobrevalorizada provocou o encaimento dos produtos brasileiros que, mais caros, elevou nossa dificuldade de exportação. Por outro lado, essa mesma sobrevalorização tornava cada vez mais baratos os produtos estrangeiros e estimulava a importação de muitos produtos. Concomitante a abertura comercial, a redução de tarifas e barreiras à entrada de mais produtos importados criou um déficit na balança comercial que elevou a nossa sabida vulnerabilidade externa. Passamos, em curtíssimo espaço de tempo, de um modelo estrutural superavitário na balança comercial para um que apresentou déficits elevados.

A resposta, no curto prazo, foi à queda da inflação e o crescimento acelerado da legitimidade política do governo de Fernando Henrique Cardoso e de sua política econômica. A ancoragem cambial e a entrada de produtos estrangeiros conseguiram alterar os preços internos, diminuindo o ritmo e a velocidade com que esses preços subiam (a âncora cambial serviu de referência para que os preços dos produtos nacionais tivessem como base o preço dos produtos importados).

De qualquer forma, o **resultado em longo prazo confirmou e correspondeu aos diagnósticos que os críticos "dinossauros" haviam alertado.** Essa política nos trouxe e importou em custos elevados e consequências gravíssimas. O primeiro efeito foi o aumento do grau de vulnerabilidade externa brasileiro devido ao crescimento mais que proporcional no ritmo de crescimento e na dependência de produtos importados pelo nosso país.

Atualmente, devido a essa política, nossa economia ao entrar em uma fase de crescimento necessita importar uma quantidade de produtos em volume maior que o ritmo de crescimento do nosso PIB (Produto Interno Bruto). Esse fato desembocou num segundo grande problema representado na elevação do déficit da balança comercial (exportação - importação: 1995/2000), que reverteu um processo iniciado pelo ex-ministro Delfim Netto, entre 1983/1984, que foi a criação de um modelo estruturalmente superavitário na balança comercial, e que somente perdia em valor a nível mundial para o Japão e para a Alemanha.

Outro impacto negativo decorreu do agravamento do nosso estrutural déficit na balança de serviço, ou seja, nas contas de turismo, fretes, seguros, lucros, dividendos e juros. Esse agravamento decorreu principalmente devido aos serviços da dívida externa e aos custos de fretes, que cresceu após a extinção de nossa marinha mercante. Elevamos o nosso déficit na conta de transações correntes e pressionamos cada vez mais a conta de Capital (investimento direto, reinvestimento, empréstimos, financia-

mentos/amortizações, outros capitais). Como não possuímos moeda forte ao nível de comércio internacional, necessitamos criar e atrair um elevado superávit na conta de capital.

A política de atração de capitais do governo de Fernando Henrique esteve respaldada em três elementos principais: juros altos, câmbio estável e liberdade para os capitais. A manutenção da taxa de juros em níveis elevados serviu e serve para atrair o capital financeiro internacional em troca de alta rentabilidade. O câmbio estável e a liberdade de capitais asseguraram a rentabilidade real dos investimentos externos e garantiram o retorno dos recursos para seus países de origem.

Em decorrência dessa estratégia, se fez necessário à manutenção de alto volume de reservas. Essa necessidade de manutenção pelo BACEN (Banco Central do Brasil) de altos volumes de reservas para garantir os empréstimos quando da saída dos recursos, foi possibilitada por uma conjuntura internacional bastante favorável. A partir de 1993 ocorreu um boom nos mercados financeiros internacionais, de modo que, a época do lançamento do Plano Real foi sumamente feliz, o que levou a sobrevalorização do Real. Em setembro de 1994 o dólar valia apenas US \$ 0,83 do Real. A entrada de capitais foi crescente. Em 1993, entraram 10.1 bilhões de dólares. Em 1994 US\$ 14.3 bilhões. Em 1995 US \$ 30.7 bilhões e em 1996 US \$ 33 bilhões (Singer, 1999).

*"A partir de 1995, a situação se complicou. A realidade da economia brasileira se apresentava totalmente diferente da que motivara o surgimento do Plano Real. As fragilidades acumuladas, diante das diversas crises externas forçaram o governo a ter como objetivo reverter à fuga de capitais, sacrificando ainda mais o crescimento do país..."*

Porém, a política de elevação da taxa de juros trouxe e traz consequências negativas ao nível da dívida interna. Apresentando comportamento semelhante ao da balança comercial, o setor público torna-se estruturalmente deficitário. Embora as contas primárias apresentem resultado superavitário nos últimos anos, a perda de controle sobre a dívida decorreu dessa componente financeira (juros) e da venda de títulos públicos, para enxugar a liquidez (retirar moeda da economia) provocada pelo alto ingresso de recursos externos. Criamos os déficits gêmeos. (déficits Interno e Externo) difíceis de serem resolvidos.

Em virtude da entrada de capitais estrangeiros no Brasil expandir a base monetária e a oferta de créditos, a política do governo procurou elevar a venda de títulos públicos objetivando evitar que a emissão de moeda e o consequente aumento da demanda trouxesse possíveis pressões inflacionárias. Desse modo, a dívida líquida do setor público cresceu, desequilibrando as contas do setor público federal e contribuindo para elevar a dívida pública que passou de R \$ 60,0 bilhões em 1994 para a casa dos R \$ 660 bilhões em dezembro de 2001, representando 53,3% do PIB (Nogueira da Costa, 2002).

A elevação da propensão a importar expandiu o déficit comercial externo e nas contas externas, sem que a política de câmbio pudesse ser utilizada para ajustar essa situação. Os juros elevados também não puderam ser reduzidos, pois significaria não atrair capital, o que impactaria negativamente a conta de capital e, tornaria difícil, o fechamento do balanço de pagamentos. Assim, as condições do setor externo (aumento das importações) combinadas com a componente financeira (juros altos), além de elevar o déficit público, reduziram as possibilidades da atividade econômica se expandir a taxas elevadas. A saída encontrada pelo governo FHC foi a de cortar investimentos, arrochar salários dos funcionários públicos, controlar estados e municípios e vender as empresas estatais (privatização) como desculpa para tratar do déficit público.

A partir de 1995, a situação se complicou. A realidade da economia brasileira se apresentava totalmente diferente da que motivara o surgimento do Plano Real. As fragilidades acumuladas, diante das diversas crises externas forçaram o governo a ter como objetivo reverter à fuga de capitais, sacrificando ainda mais o crescimento do país e deixado-nos como opção à política do stop and go.

Na Argentina, a rigidez da conversibilidade da moeda, implantada pelo ex-ministro Domingos Cavallo agravou, com o passar do tempo, a questão das contas do Balanço de Pagamentos e inviabilizou uma política de desvalorização do peso que pudesse eliminar a defasagem cambial e aumentar a competitividade dos produtos argentinos de exportação. Mais que nunca, a política do governo da Argentina de inserção subordinada ao comércio internacional tornou necessário à manutenção de um fluxo crescente de capitais externos para compensar os déficits da balança comercial e de serviço, e assim, poder fechar o balanço de pagamentos.

Para os ideólogos do modelo brasileiro, o objetivo do plano era forçar e viabilizar o crescimento de nossa competitividade internacional, numa política de criação de plataformas de exportação. Foi com base nesta proposta que o governo FHC procurou modernizar a indústria brasileira e nos levou na via de uma inserção ainda mais subordinada ao capital e comércio internacional.

O caráter regressivo das reformas dolarizantes dos diversos programas implementados na América Latina aparece de forma patente e inequívoca, na experiência do programa de conversibilidade argentino, que optou por um esquema de estabilização que incluía ancoragem cambial, conversibilidade da moeda nacional, subordinação da base monetária às regras internacionais e uso interno do dólar como moeda. As consequências para Argentina de hoje são a desnacionalização, miséria, desemprego, perda da moeda nacional, perda dos instrumentos de política econômica e perda da autonomia nacional devido à utilização de uma política que representa uma forma clara de retrocesso ao “estatuto colonial”.

O Brasil, diante das crises do México em dezembro de 1994, dos Tigres Asiáticos em outubro de 1997 e da crise da Rússia em agosto de 1998 revelou, com toda clareza, as fraquezas da alternativa seguida. O governo de Fernando Henrique Cardoso em todas essas ocasiões procurou somente conter a saída dos capitais estrangeiros, elevando a taxa de juros, cortando o crédito e anunciando alguma forma de ajuste fiscal.

O ajuste das contas públicas se fez necessário para sinalizar aos “investidores estrangeiros” que o Brasil teria condições de cumprir e honrar seus compromissos de pagamento dos empréstimos e dívidas contraídas. Tendo em conta a política monetária do governo federal, ou seja, juros elevados e lançamentos de títulos para enxugar a liquidez, a realização do ajustes das contas públicas a cada dia se tornou cada vez mais difícil de ser executado (Cappa, 2000).

O governo brasileiro procurou responder as crises externas de tal forma a demonstrar uma situação de solvabilidade, procurando também evitar a saída de capitais externos em grande quantidade e assim impedir uma crise cambial de graves proporções. No início de 1995, além de elevar os juros, modificou a política cambial passando a realizar pequenas desvalorizações por meio do sistema de bandas cambiais (uma faixa de flutuação das cotações do Real com relação ao Dólar).

No auge da crise da Rússia saíram do país cerca de US \$ 41 bilhões e as reservas baixaram de US \$ 74 bilhões para perto de US \$ 33 bilhões. Este fato levou o Brasil a recorrer ao Fundo Monetário Internacional obtendo um empréstimo de US \$ 41 bilhões de dólares (recursos do BID, BIS, FMI e mais vinte países). Como a saída de dólares do país não dava sinais de diminuir, no início de 1999 o governo federal foi obrigado a abandonar completamente a defesa da taxa de câmbio, permitindo que esta flutuasse ao sabor da oferta e demanda de divisas, ou seja, deixou o câmbio livre.

Em janeiro de 1999 ocorreu uma máxi desvalorização cambial (uma desvalorização do Real da ordem de 45%).

**Com a desvalorização cambial, o**

**“Plano Real” acabou.** O governo ao invés de mudar de rumo, aprofundou ainda mais o modelo. O FMI passou a monitorar novamente o rumo da economia brasileira e mais uma vez ocorreu agravamento das questões econômicas e sociais. Empresas quebraram, parque industrial foi desnacionalizado e o desemprego cresceu de forma epidêmica (Singer, 1999).

As elevadas taxas de juros, aliado aos sucessivos ajustes nas contas públicas para evitar crises cambial e fiscal, reduziram os investimentos privados e públicos na economia brasileira, impedindo um crescimento sustentado e jogando o país numa situação de queda no ritmo de desempenho econômico pós-1996.

Analisando o desempenho do PIB brasileiro nos anos 90 constatamos que o nosso país configurou um quadro de semi-estagnação econômica com um crescimento médio anual de 1,9%, portanto inferior a chamada “Década Perdida”. A política econômica implementada entre os anos de 1990 e 1992 resultou num período de forte instabilidade, seguiu-se um período de curta recuperação entre 1993/1995 (incentivada pelo aumento do consumo interno promovido pelo Plano Real) e estagnação econômica entre 1996/1999 (Cappa, 2002). Só não chegamos ao atual situação existente na Argentina devido a modificação na política cambial.

**O quadro brasileiro hoje não é menos crítico.** A política do governo FHC somente tem prolongado por um maior tempo possível o atual modelo na espera da retomada do interesse dos países desenvolvidos pelos investimentos nos países sul-americanos emergentes. No contrapé dos slogans da campanha de 2002 deveremos fechar o ano com taxa de inflação maior que a de 1998 e desemprego superior à média do primeiro mandato. Ao cabo de oito anos de governo FHC, os indicadores sociais pioraram e a nação empobreceu. (Carta, 2002). **Ocorre que no Brasil, como Argentina de hoje, nega-se ao cidadão até o acesso à verdade.**

*“É importantíssimo que compreendamos a atual situação da economia brasileira para que possamos acordar de nossa letargia...”*

**Apesar do noticiário da mídia, não estamos imunes e nem distante da crise ou de uma crise como a que se abateu sobre Argentina. Aliás, já fomos salvo uma vez do desastre. Em 1998, recebemos um pacote de US \$ 45 bilhões do FMI.** Como era para ser do conhecimento geral e não somente dos economistas melhor qualificados, o Brasil ao manter o controle de câmbio

por mais tempo do que o necessário estava praticamente quebrado as vésperas da eleição presidencial de 1998.

Somente agora, após terem deixado o FMI, os ex-diretores Stanley Fischer e Michael Mussa em artigo publicado, sugerem que os EUA impuseram tanto junto ao FMI quanto perante o G-7 (especialmente a Alemanha e Inglaterra) essa megaoperação de salvamento visando manter as condições propícias e favoráveis à reeleição de Fernando Henrique Cardoso (Netto, 2002).

Esse grave fato demonstra e mostra o grau de intervenção externa nas condições políticas e institucionais do país antes da eleição do nosso último presidente, ou melhor, o nosso atual “Governador Geral”. O que o “mercado” exigiu e foi atendido é que fosse eleito um aliado do seu interesse, que estivesse e fosse antenado e respaldado pelo “Grande Império” e pelo capital internacional.

Assim sendo, a integração passiva e subserviente do Brasil ao processo de globalização nos levou a redução do controle e na dinâmica da nossa economia e sociedade. Como na Argentina, fomos conduzidos e levados a depender dos humores do capital globalizado, do FMI, G 7 (em especial dos EUA), que recebem a pomposa denominação de “Deus mercado”.

Atualmente, qualquer desconfiança desses investidores (que por sinal não conhecem com profundidade e não tem interesse em melhorar nossa realidade) com relação aos “fundamentos” de nossa economia poderá nos conduzir a uma situação parecida com a da Argentina. Qualquer empresa de rating (empresas de classificação de riscos país, como a Moody’s, Standard & Poor’s e Ritch) pode influir e afetar os investimentos e o preço dos nossos títulos de dívida externa e assim desestabilizar a economia do Brasil.

Esse ponto chega a ser mais grave quando notamos que nos últimos dias de abril o principal título da dívida externa brasileira apresentou uma trajetória negativa em sete pregões seguidos e preocupou a alguns candidatos a presidente em 2002. O principal motivo para a desconfiança no mercado internacional foi apenas a melhora do candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas pesquisas eleitorais. Por isso, logo os bancos Merrill Lynch e Morgan Stanley rebaixaram os papéis brasileiros. O C-Bond perdeu 1,21% e operou com 78,25% de seu valor de face.

Todos esses fatos são devidos somente à melhora nas pesquisas de um candidato que parece não representar os interesses do capital financeiro internacional. Nesse contexto o risco Brasil também piorou. Naqueles dias, o Banco JP Morgan Chase, apontava valorização de 3,15% no índice nacional que operava em 851 pontos. Tal alta era a décima seguida. Há exatamente duas semanas antes (16 de abril), o risco brasileiro operava em 732 pontos. Em menos de 15 dias, o EMBI+ do Brasil subiu 119 pontos (+16,25%). (Nakagawa, 30/04/2002).

A política de integração passiva brasileira ao capitalismo globalizado com seu projeto de reestruturação econômica e do Estado, como os realizados anteriormente quer pelos países da América Latina, quer dos outros continentes (México, Peru, Argentina, Tigres Asiáticos, Rússia), continua na rota do fracasso e da crise econômica e social pelos outros já apresentados.

Semelhante a todos esses países citados, o Brasil depende da hipótese de manutenção das condições favoráveis na oferta de recursos externos e da confiança dos investidores estrangeiros nos chamados "fundamentos" de nossa economia. O grande problema é que a desconfiança do investidor externo pode se basear tanto em razões concretas e objetivas (dívida interna, dívida externa, etc.) como em razões imaginárias e subjetivas. E mesmo na ausência de razões concretas para uma debandada, a retirada rápida e maciça de aplicações financeiras em determinado país poderá ou a redução dos investimentos que tem possibilitado fechar a conta de capital poderá levar-nos a crise.

No Brasil, a dívida externa e, principalmente, a dívida interna estão apresentando comportamentos por demais preocupantes. O risco brasileiro até recentemente só perdía para os da Argentina, do Equador e da Nigéria. Pior: é maior do que o de países como a Venezuela e a Rússia. O investidor estrangeiro não quer correr riscos com seu valioso dinheirinho. Então, transfere seus dólares para investimentos mais seguros como títulos do Tesouro norte-americano. A quantidade de dinheiro mandada para o exterior dobrou no último mês de maio. (Dimenstein, 2002).

Diante da gravidade, do erro e da péssima opção de política implementada, devemos urgentemente recuperar o atraso resgatando o sentido de nacionalização, defesa do Estado, da economia e da nação, pois a continuidade e aprofundamento desse modelo nos levarão no futuro para uma situação semelhante ou até pior do que a dos argentinos, afinal de contas, o número de miseráveis e desempregados no Brasil era superior aos apresentados pelos argentinos.

Talvez até a globalização e a nossa integração a esse processo sejam condições necessárias. Porém, os exemplos de inserção subordinada dado pelos países em desenvolvimento Latino Americano, pelos países que compunham a União Soviética, e o quadro atual do Brasil nos revelam que devemos controlar esse processo.

Numa atitude diferente e contrária a realizada pelo governo brasileiro, a Índia e, principalmente China, nos apontam com outra saída e alternativa. A China, diferente de todas estas experiências citadas, criou uma forma gradativa de submissão às normas do Deus "mercado". Sem destruir o sistema vigente e nem desmontar o sistema de planejamento tem gradativamente aderido ao processo de globalização e as

regras de mercado, recebendo cada vez mais capital dos países adiantados, tendo até, após duras negociações no Gatt e, depois na OMC, sido admitido no concerto comercial das nações, porém com a condição de uma política de liberalização comercial que levará dez anos.

A China criou lentamente as opções para o sistema de mercado que irá substituindo gradativamente o planejamento. O estado manteve, contudo, o seu importante papel, inclusive com o seu criticado controle político sobre o cidadão. Com essa política econômica, a China tem revelado um crescimento médio de 8% a 9% desde o início dos anos 80.

Assim sendo, se faz urgente que a elite nacional tenham uma visão de nação e de futuro na rota de um verdadeiro DESENVOLVIMENTO SOCIAL NACIONAL. A linha a ser seguida deve priorizar a defesa do interesse interno, dos excluídos e da nação. As próximas eleições, como ato da democracia representa um avanço na busca de opções para nosso país. Mas, mesmo neste contexto a situação não é das melhores.

O professor da UFRJ Reinaldo Gonçalves (2002) estudando o Brasil e o futuro da econômica global conclui que, não só a financeirização aumentou a instabilidade sistêmica, mas também tem tornado cada vez mais limitadas às saídas para a crise do capitalismo global. Nesse mundo globalizado, à medida que o cenário internacional se agrava a situação do Brasil torna-se ainda mais frágil.

**O Brasil apresenta simultaneamente desestabilização macroeconômica, desmonte do aparelho produtivo, esgarçamento do tecido social, deterioração política e institucional e perda de governança com um desempenho que avança rapidamente num processo de "africanização" do país** (Gonçalves, 2002).

Na atualidade, apesar do avanço de algumas propostas de presidencialíveis que chamam a atenção para o problema da vulnerabilidade externa do país (comercial, tecnológica, produtiva, monetária e financeira), os projetos objetivam apenas reformas superficiais e parciais do capitalismo brasileiro.

Pelo apresentado, urge o repúdio da sociedade e da nação ao partido e todos que implementaram esse modelo perverso, anti-social e antinacional de política econômica irresponsável e de "lesa pátria" ●

\*Samuel Costa Filho é professor do Departamento de Ciências Econômicas/UFPI, Doutorando do Instituto de Economia/UNICAMP.

\*Luis Carlos Rodrigues Cruz "Puscas" é professor Departamento de Ciências Econômicas/UFPI, Coordenador do Curso de Economia/UFPI, Especialista em Economia Rural.

William Jorge Bandeira\*

O capitalismo se caracteriza pela relação básica entre capital e trabalho. Nesta relação acontece o contrato formal entre empresários e trabalhadores, o qual estabelece direitos e obrigações sobre a utilização pelo empresário da força de trabalho do empregado durante certo período por dia, no estabelecimento do empregador.

Esta relação é mais desenvolvida quando os trabalhadores encontram-se totalmente destituídos de suas condições de existência e só dispõem de sua força de trabalho como alternativa de sobrevivência e, portanto, estão plenamente dependentes do capitalista, pois só este último tem interesse em comprar sua força de trabalho. Se, no caso da zona rural, as famílias dispuserem de terras suficientes para produzir e prover sua subsistência, dificilmente se forma um mercado de trabalho agrícola, limitando o desenvolvimento de relações capitalistas no campo.

É aí que aflora a face cruel do capitalismo, pois, para garantir sua existência é necessário a expropriação dos produtores independentes, estabelecendo-se um regime especial de propriedade privada, onde somente os capitalistas podem ser proprietários dos meios de produção, embora o estabelecimento de relações capitalistas represente avanço notável da produtividade no campo, à medida que possibilita a introdução de tecnologias modernas na produção agropecuária, além de elevar o nível de capacitação dos próprios trabalhadores.

Na área urbana, as relações capitalistas são ainda mais claramente evidentes, embora sejam desenvolvidos mecanismos de sobrevivência informais (fora das relações capitalistas) que, muitas vezes, representam formas precárias de vida em face da insuficiência de empregos formais para todos àqueles que procuram trabalho. Essa insuficiência de postos de trabalho formais pode ser indicio de baixo desenvolvimento econômico ou, ainda, uma inadequação na alocação dos recursos disponíveis, em que a tecnologia se caracteriza por baixa intensidade no emprego de mão-de-obra, convivendo com forte crescimento populacional.

O mercado de trabalho no Piauí se caracteriza por apresentar forte componente informal em face do pouco grau de desenvolvimento capitalista, sobretudo no campo, embora na área urbana o emprego informal seja muito alto. A população

# O DE TRABALHO NO PIAUÍ

total em 1998, ultrapassava os 2.700.000 pessoas, com 1.590.000 residentes nas áreas urbanas, logo, representando 58,8% do total, com taxas de crescimento anual da ordem de 2,5%. A população rural apresenta taxas de crescimento negativas nos anos 90.

A PEA (população economicamente ativa) girava em torno de 1.290.000 pessoas em 1998. As pessoas ocupadas eram cerca de 1.237.000, percentual de 95,9% da PEA. A PEA cresceu entre 1992/98 a uma taxa média de 2,4% anualmente, o que significa grande pressão ao sistema econômico em termos de geração de novos postos de trabalho.

O setor agropecuário ainda aparece com o maior índice de ocupação da PEA estadual, embora com participação decrescente. Saiu de uma participação de 51,3% em 1992 para 46,8% em 1997. Em segundo lugar, vem o setor serviços com participação de 26,8% em 1997, seguido pelo comércio de mercadorias com 10,1%. A indústria de transformação contribuía com apenas 4,4%, atrás da indústria da construção com o índice de 5,9%.

Essa composição do nível de ocupação denota uma natureza ainda incipiente das relações capitalistas no Estado, sobretudo quando se verifica uma forte participação da agropecuária, a qual ainda tem relações não capitalistas como predominantes, refletidas na grande participação das unidades de subsistência e da presença marcante do latifúndio.

Para aprofundar um pouco essa afirmativa. O percentual de empregados na PEA era, em 1997, de apenas de 32,6%. Somadas as categorias de "empregados domésticos", "conta própria", "produção para autoconsumo", tem-se o percentual de 49,4%, sem contar que muitos empregados se encontram em pequenas empresas do setor informal e, grande parte deles não contribui para a previdência privada, engrossando, portanto, o setor informal.

Nesta altura vale a pena se fazer uma comparação de algumas variáveis do mercado de trabalho no Piauí com a média brasileira, o que contribui para relativizar um pouco a situação estadual.

No Brasil o número de pessoas ocupadas em 1998, segundo o IBGE (PNAD), era de 69,97 milhões, com cerca de 59,490 milhões com rendimento, representando 85% do total. O Piauí apresentava no mesmo

ano, 1,229 milhões de pessoas ocupadas com cerca de 847,541 mil pessoas com rendimento, dando um índice de 68,9% do total das pessoas ocupadas.

Comparando o salário médio entre Brasil e Piauí, verifica-se outro contraste. No Brasil o salário médio das pessoas ocupadas, em 1998, era de R\$ 533,00, enquanto no Piauí o mesmo alcançava o nível de R\$ 250,00. A massa salarial mensal no Brasil era de 31,7 bilhões de reais, no Piauí esse número era de apenas 211,8 milhões de reais, cerca de 0,67% do total nacional. Esses números dão bem a medida do tamanho da economia piauiense.

No Brasil, em 1998, o percentual de trabalhadores que contribuía com a previdência era de 44%, enquanto no Piauí esse índice era de apenas 18,8%. O que significa que mais de 80% dos trabalhadores no Piauí vivem em situação precária, sem a segurança da previdência e outros benefícios sociais. A composição da força de trabalho por atividades econômicas apresentava diferenças marcantes. No Brasil era de apenas 23,4% os trabalhadores na agropecuária, enquanto no Piauí esse percentual era de 49,1%. O setor industrial (incluindo construção civil) empregava 20,1% no Brasil e somente 10,9% no Piauí.

*"No Brasil, em 1998, o percentual de trabalhadores que contribuía com a previdência era de 44%, enquanto no Piauí esse índice era de apenas 18,8%. O que significa que mais de 80% dos trabalhadores no Piauí vivem em situação precária, sem a segurança da previdência e outros benefícios sociais."*

Comércio e serviços juntos, respondiam no Brasil por cerca de 56,6% da ocupação da força de trabalho. No Piauí esse percentual era de 40%. No Brasil, o percentual de pessoas empregadas era de 54,97%, enquanto no Piauí esse índice era de apenas 31,5%. A soma de pessoas ocupadas em trabalhos fora do setor formal (domésticos + conta própria + não remunerados + trabalho para uso próprio + construção para uso próprio) alcançava no Brasil o índice de 40,8%, no Piauí esse índice era de 66,67%.

Para completar o quadro, as condições educacionais do trabalhador piauiense são bem mais precárias do que a média brasileira, a qual já é bastante baixa quando se compara com parâmetros internacionais. No Brasil, o percentual de analfabetos, de pessoas acima de 10 anos de idade, era em 1998, de 14%, enquanto no Piauí esse índice era de 32,8%. Pessoas com 1 a 3 anos de escolaridade era no Brasil de 19,2%, no Piauí alcançava 26,1%. Pessoas com escolaridade acima de 8 anos, representavam no Brasil 23,7%, enquanto no Piauí chegavam a apenas 13,9%. Pessoas com escolaridade acima de 15 anos era no Brasil de 4,3%, no Piauí era apenas 1,97%.

Portanto, a análise do mercado do trabalho no Piauí revela o baixo índice de desenvolvimento de relações capitalistas. No campo ainda predominam relações técnicas de produção rudimentares dentro das unidades produtivas de subsistência e dos latifúndios, nestes últimos as relações mais comuns são os "contratos" de parcerias e/ou de pequenos arrendamentos. As unidades mais capitalizadas se resumem a no máximo 15% do total de estabelecimentos. Por isso, a produção agropecuária ainda é insuficiente para atender a demanda urbana, sem falar na deficiência de qualidade.

O setor industrial é composto por mais de 97% de empresas com menos de 20 empregados. Não ha nenhuma integração inter-setorial, as empresas atuam isoladamente, dependentes de insumos e matérias-primas de fornecedores de outros estados

O resultado final revelado pelos indicadores analisados é um mercado consumidor altamente limitado, índices de pobreza acima da média brasileira, alto nível de informalidade na economia, baixa capacidade de arrecadação tributária e previdenciária, limitando o poder de gastos e de investimentos autônomos do Governo, reproduzindo, assim, a dependência do estado e dos municípios a transferências federais, as quais são comprometidas com pessoal e a manutenção da máquina administrativa, o que leva a zerar a capacidade de pagamento para obter empréstimos e participar com contrapartidas de programas federais ●

\*William Jorge Bandeira é professor do Departamento de Ciências Econômicas/UFPI, Doutor em Economia pela UNICAMP/SP, Consultor da WJB-Consultoria & Projetos Ltda

# O PASTOREIO ESCRAVISTA NA FORMAÇÃO ECONÔMICA DO PIAUÍ

Solimar Oliveira Lima\*

Sociedades nascem com trabalho e mitos. As que se desenvolveram aos passos de rebanhos, não raro, são associadas a pouco trabalho e muitos mitos. O Sertão, por exemplo, é visto assim, desde que olhos do passado voltaram-se para além do litoral e deixaram as imagens descritas em relatos de viagens por estas plagas quando ainda eram apenas paisagens com gados dispersos e sem mais moradores. Para alguns destes viajantes, as terras ocupadas e as por serem desbravadas pouco exigiam do homem, porque pouco era necessário o trabalho humano. O autor desconhecido do *Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí*, por exemplo, chegou a firmar que a sociedade sertaneja desconheceu o “horroroso trabalho de deitar grossas matas abaixo e romper as terras à força de braço”. Reduzido e dócil era o trabalho do homem que se limitava a vigiar e conduzir os animais. Sem trabalho e sem gastos monetários, o Sertão cresceu dada a disponibilidade de terras que fazia expandir os rebanhos, propriedades e a acumulação de capital. Neste contexto surgiu o Piauí, dependente do ritmo lento das passadas fatigadas dos animais pelas longas distancias que os separavam do cheiro da maresia.

Os relatos historiográficos sobre a pecuária sertaneja se repetem apresentando o cotidiano das fazendas centrado na criação de gado bovino e cavalari. O criatório extensivo, desenvolvido em grandes extensões de terras e dependendo quase que exclusivamente dos recursos naturais, requeria reduzida utilização de mão-de-obra. Durante muito tempo, diversos autores de renome, entre eles Capistrano de Abreu em *Caminhos antigos e o Povoamento do Brasil*, Caio Prado Júnior em *Formação do Brasil Contemporâneo* e Celso Furtado em *Formação econômica do Brasil*, sustentaram a incompatibilidade da pecuária e escravidão. Movidos por um discurso que beira a ingenuidade, acreditavam que as presenças de cativos montados em campos livres eram sinônimas de fugas, portanto de liberdade. Assim, nas fazendas, dentre a reduzida força de trabalho, predominaria os trabalhadores livres indígenas. Evidentemente, tratava-se de afirmações desprovidas de evidência empírica e total desconhecimento da força coercitiva da produção escravista. Alguns autores trataram de corrigir tais interpretações sobre as raízes da sociedade sertaneja. Luiz Mott em *Piauí Colonial* e Jacob Gorender em *O escravismo colonial*, por exemplos, apontaram a inadequação do discurso libertador de negros pastores. Baseados

em fontes documentais, os autores demonstraram que a pecuária no sertão se desenvolveu com base no trabalho escravo.

A produção historiográfica no Piauí não esteve imune ao processo de reprodução de idéias de valorização do trabalho livre e relativa desqualificação dos trabalhadores escravizados. No geral, apresenta-se a pecuária seccionada em dois setores de trabalho marcadamente delimitados pela condição dos trabalhadores. O trabalho mais próprio e gratificante ao homem livre seria o manejo dos animais nos campos, currais e nas boiadas remetidas para os mercados consumidores. O trabalho de montagem e conservação da infraestrutura requerida pelo criatório, o “trabalho pesado”, ficaria a cargo dos cativos. Mais. A existência de unidades produtivas particulares e públicas na então nascente economia deu margens a leituras variadas sobre o criatório e a utilização do trabalho escravo. Predomina a idéia de diferenciação de condições de trabalho e vida entre cativo público e privado.

Os viajantes Spix & Martius, em 1820, fizeram nascer a tese que havia excesso de mão-de-obra, ociosidade, ausência de disciplina e rigor do trabalho feito nas fazendas públicas. A opinião foi seguida, com maior ou menor denodo, por George Gardner (1839), José Martins Alencastre (1855), Odilon Nunes (1966) e Miridan Falci (1995). Esta última, em *Escravos do Sertão*, página 180, chega a fazer a seguinte afirmativa: “o mito das relações ‘brandas’, do trabalhador escravo vivendo livre pelas campinas atrás do gado, adviesse mais dessas fazendas nacionais [públicas], onde passaram Spix & Martius e Gardner e encontraram ‘sertanejos fortes e saudáveis advindos do uso constante de carne e do leite’. Tivessem passado nas fazendas de particulares suas impressões teriam sido diferentes em relação ao trabalho escravo. Usando uma expressão corriqueira, diríamos que esses escravos eram ‘escravos funcionários públicos’.”

Esta idéia de diferenciação de condições de trabalho e vida entre cativo público e privado é defendida também por Tanya Brandão (1999), em *O escravo na formação social do Piauí*. A autora aborda as relações sociais nas fazendas do Piauí, sem, entretanto, deixar de perceber os mecanismos repressores e violentos na manutenção da ordem escravista. Porém, salienta, na página 160, que “quanto ao tratamento dispensado ao escravo do fisco (público), ocorria fato interessante que provavelmente implicaria em forma menos

violenta”. A historiadora introduz, ainda uma outra tese sobre o cativo público: o grau de violência dependia dos locais de realização dos serviços. Parece consenso, na historiografia, as condições diferenciadas para os trabalhadores escravizados das propriedades públicas. Esta perspectiva baseia-se na visão de organização administrativa pública, e, sobretudo, nas convicções ideológicas sobre a formação social do Piauí.

A existência das fazendas públicas, assentadas exclusivamente sobre braços cativos, impediu que alguns autores negassem a participação dos trabalhadores escravizados na formação da sociedade piauiense. Diante de inegável fato histórico, as análises visam minimizar a participação da instituição servil e atenuar ou negar as contradições sociais que dela decorriam, imprimindo ao passado a marca da democracia e paternalismo sustentada nas condições de produção da pecuária. Concepções extremas de negação da realidade podem ser constatadas nos escritos de Odilon Nunes em *Pesquisas para História do Piauí*, (1974, p. 241) que afirma que no “Piauí o trabalho servil não era uma condição da economia” e de Carlos Eugênio Porto em *Roteiro do Piauí* (1974, p.144) ao constatar que “a abolição da escravatura não teve ressonâncias no Piauí. O vaqueiro, que nunca fora realmente escravo, continuou seu trabalho na fazenda.”

É farta a documentação disponível no Arquivo Público do Estado do Piauí sobre a importância da mão-de-obra escravizada na pecuária, bem como sobre a dominação e exploração de trabalhadores. Tendo como referência fontes históricas que retratam a realidade vivida pelos trabalhadores escravizados nas fazendas públicas, apresento algumas referências sobre o trabalho e os mecanismos de controle no pastoreio escravista piauiense. Nas fazendas, a mão-de-obra feminina era tão importante quanto a masculina. Ao lado dos homens e com a força dos braços, abria caminhos entre as matas e caatingas para que o gado se deslocasse pelos campos, chegasse a reservas de água e fosse conduzido com segurança às fazendas e currais. O trabalho na abertura de vaquejadouros iniciava-se na madrugada e estendia-se a longo do dia. O vaquejador, às vezes, conduzia o gado a um manancial aberto pelos trabalhadores, onde os animais podiam beber água em pequenas aguadas ou cacimbas.

As trabalhadoras também partilhavam com os homens a tarefa de construir cercas e currais. Em algumas fazendas as cercas e currais chegaram a ser

levantados com pedras, contudo predominaram as construções de madeira. A montagem e manutenção de vaquejadouros, aguadas, cercas e currais eram tarefas rudes onde aconteciam diversos acidentes graves, visto serem praticadas sem proteção quanto a ataques de animais, derrubadas de árvores, ferimentos e arranhões com galhos ou com os instrumentos perfurocortantes. O trabalho feminino no criatório ia além da montagem e manutenção da infra-estrutura indispensável ao pastoreio. As mulheres foram curraleiras e amansadoras de animais. As curraleiras eram responsáveis por manter os animais presos, cuidando de bicheiras, alimentando e fornecendo água em tanques, especialmente quando se tratava de bezerros separados das mães para desmama. As mulheres empregadas na tarefa de amansar animais lidavam nos currais e vaquejadouros adestrando poldros e cavalos para os serviços de campo, transporte de pessoal e cargas, bem como bois para serem empregados em carros.

Os homens dominavam cedo o processo de trabalho de importantes tarefas dentro do contexto da pecuária. Aos seis ou sete anos eram peadores e guias. Os peadores atuavam nos campos próximos às aguadas e pastos. O trabalho consistia em prender as patas, geralmente as dianteiras, dos cavalos, éguas e poldros com peias, uma espécie de algema feita com cordas ou couro trançado, que permitia restrita locomoção. O trabalho dos meninos guias era restrito às cercanias das fazendas a que pertenciam, diferindo de guias adultos que estendiam o raio de atuação a outras fazendas. A tarefa consistia em conduzir bois e cavalos nas pastagens, vaquejadouros e aguadas e tinha também a função de evitar arrancos ou desgarramentos dos animais. No geral, para as crianças, a tarefa de guia se confundia com a de tangedor, auxiliando nos deslocamentos dos animais, tocando-os com varas e aboiadas, cantos para guiar bois.

Os trabalhadores adultos eram vaqueiros, propriamente ditos. Entre eles havia uma estratificação interna que os diferenciava quanto às tarefas a serem executadas. O vaqueiro cabeça-de-campo era o trabalhador responsável pelo rebanho e dominava os pastos. Em cada fazenda havia apenas um cabeça-de-campo que era auxiliado por guias, tangedores e peadores. O trabalho nos campos exigia agilidade e força física, fato que provocava facilmente o desgaste da força de trabalho. Não raro os trabalhadores, são referidos nas fontes como homens "estragados pelo trabalho rude do campo", portadores de hérnias estranguladas, deslocamentos e deficiências provocadas por quedas e outros acidentes.

Como vaqueiros, os trabalhadores eram também responsáveis pela formação

mação das boiadas que se destinavam à comercialização. O gado era escolhido nos campos e reunido nos vaquejadouros de onde seguiam em longas viagens, especialmente para Bahia. Para o deslocamento da boiada, era comum o contrato de trabalhadores livres que auxiliados por vaqueiros escravizados garantiam o transporte dos animais com segurança. Depois de vendidos os animais em Salvador, os trabalhadores escravizados retornavam às fazendas de origem.

O mecanismo de controle dos trabalhadores escravizados validava-se em várias posturas administrativas. Uma delas assentava-se na presumida liberdade dada aos cativos, na livre circulação e deslocamentos nos campos, nas fazendas e também destas para as vilas. Liberdade, caracterizada por uma relação de confiança vigiada, que, em última instância, assemelhava-se às formas de controle vivenciadas pelos trabalhadores nas cidades e vilas. A administração delegava à sociedade a função de vigiar e controlar as ações dos cativos.

É exagerada a indicação na historiografia de maior liberdade para vaqueiros escravizados. Constitui-se, salvo engano um equívoco a comparação das lides campeiras com jornadas de outras unidades escravistas para indicar a falta de rigor do trabalho feitorizado e um modo de vida relativamente suportável. Rigor existia nos campos tanto quanto, por exemplo, nas plantações de cana ou café, e se manifestava como lhe era permitido, na necessidade de disciplina, respeito, submissão e castigos corporais. Um trabalhador escravizado de uma plantação não era diariamente submetido a agressões físicas; a violência manifestava-se quotidianamente, na exploração exaustiva do trabalho. Assim era a vida dos trabalhadores escravizados nos campos e nas fazendas.

*"A produção historiográfica no Piauí não esteve imune ao processo de reprodução de idéias de valorização do trabalho livre e relativa desqualificação dos trabalhadores escravizados."*

A suposta liberdade de trabalhadores escravizados nas fazendas era um recurso largamente utilizado na estabilização e manutenção das relações

escravistas, e era fruto de uma política administrativa de aparente valorização da subjetividade dos cativos que se tornou um eficaz instrumento de dominação. Neste sentido, a administração reprimia os abusos de uso de violência e incentivava as denúncias de maus-tratos. As autoridades, quando as queixas envolviam somente os administradores diretos das fazendas, reconheciam as causas das denúncias e, no geral, referendavam a alternativa de reação utilizada pelos trabalhadores, quando se tratava de fuga. Não havia punição para aqueles que, com o objetivo de fazer as denúncias, fugiam das fazendas procurando uma autoridade na cidade; abandonavam uma fazenda fugindo dos maus-tratos, ou procuravam alocação em outras fazendas.

Os trabalhadores, contudo, indicavam saber que as denúncias e as medidas paternalistas resultantes não resolviam seus problemas cotidianos. O enfrentamento ganhava, de forma automática, contornos de um confronto que resultava, invariavelmente, em ações mais contundentes. Por um lado, os administradores acirravam as exigências de disciplina, respeito e submissão valendo-se de coerção ao trabalho, ameaças e castigos. Por outro, os trabalhadores manifestavam reações de negação da opressão. Os dois processos de enfrentamento constituíam, portanto, um só movimento de resistência frente à dominação e violência da instituição servil.

A violência foi o mecanismo principal de controle dos trabalhadores nas fazendas. A violência efetivada ou latente garantia a dominação escravocrata, aguçava as contradições sociais e se reproduzia nas relações pessoais dos trabalhadores escravizados, que se mostravam indissociáveis ao contexto escravista. O território era marcado por permanentes tensões sociais. Neste contexto de rudeza e brutalidade das relações sociais, os trabalhadores buscavam variadas formas de sobrevivência frente à dominação, exploração e violência da instituição servil. Trabalharam lentamente, mostravam-se inábeis e preguiçosos, roubaram e furtavam, fugiam, praticavam homicídios e lesões corporais diante da coerção ao trabalho, da agressão física e das ameaças de castigos.

Ainda assim, a historiografia piauiense indica melhores condições de trabalho e vida para trabalhadores escravizados no pastoreio público. No próximo número do Informe Econômico trato da exploração de um subproduto da pecuária, a produção de carne salgada nas charqueadas escravistas no Piauí ●

\*Solimar Oliveira Lima é professor do Departamento de Ciências Econômicas/UFPI, Doutor em História pela PUCRS, Pesquisador do IFARADÁ/ Núcleo de Pesquisa sobre Africanidades e Afrodescendências

# PÓLO DE DESENVOLVIMENTO INT

Rita de Cássia Carvalho Santos\* e Jaíra Maria Alcobaça Gomes\*\*

Esse artigo é parte da pesquisa sobre os municípios que compõem o Pólo de Desenvolvimento Uruçuí-Gurguéia. Tem como objetivos discutir o conceito de pólo de desenvolvimento, identificar a região em está localizado o Pólo de Desenvolvimento Uruçuí-Gurguéia, suas potencialidades e metas propostas.

## 1. Concepção de Pólo de Desenvolvimento

Os pólos de desenvolvimento, segundo Andrade (1974) citando Perroux (1964), são pontos em que o crescimento e o desenvolvimento se manifestam e podem propagar os efeitos de aceleração ou os efeitos de freigagem.

Complementando essa concepção, cita-se a noção de Rossetti (1987) que considera o pólo de desenvolvimento como uma unidade matriz (ou um conjunto formado por essas unidades) capaz de exercer efeitos de atração ou de dominação sobre as demais unidades a elas relacionadas.

Conforme Ferreira (1989), o espaço polarizado é constituído por focos, onde se concentram as atividades econômicas, sociais, políticas e administrativas, inter-relacionados com outros pontos do espaço, em uma relação de dominação, ou seja, os pontos dominantes de maior concentração de atividades impõem regras e extraem benefícios dos demais pontos. Assim, o espaço polarizado é heterogêneo e as diversas partes que o compõem são complementares, mantendo troca entre si e, especialmente, com o pólo dominante (ou foco de desenvolvimento) de uma maneira mais intensa do que com outros pontos.

O surgimento de um pólo é conseqüência de vários fatores relacionados, no entanto, podemos destacar três itens principais: a) a disponibilidade de recursos; b) a acessibilidade; e c) o favorecimento do momento histórico.

Para Andrade (1974), dificilmente surgirá um pólo ou um centro polarizador em área que não tenha recursos potenciais. O surgimento do pólo está a depender do início da exploração desses recursos. Também sem facilidade de acesso às regiões vizinhas, não podem ser formados os fluxos e refluxos do pólo para sua região e do pólo para outras regiões polarizadas, não havendo, conseqüentemente, possibilidade de formação de um centro polarizador. Existem, ainda, certos recursos que só passam a ter grande valor comercial e despertar intensa demanda em um determinado momento histórico, quando as áreas que possuem esses recursos em potencial têm a oportunidade de explorá-las.

Sendo assim, segundo Rossetti (1987), a expectativa de que esse grupo de fatores possa promover o desenvolvimento econômico das regiões carentes constitui a base geral da aplicabilidade prática da teoria da polarização. Isto porque os pólos podem surgir de forças espontaneamente organizadas à base de um sistema de livre iniciativa, como de uma deliberada atuação do Estado. Evidentemente, essa atuação resultaria da decomposição da programação econômica por regiões, ou, mais especificamente ainda, ao nível de cada região, segundo os pólos de desenvolvimento que possam ser implantadas, observadas as necessidades da estrutura setorial da economia e as vocações dos diferentes espaços econômicos disponíveis.

## 2. Pólo de Desenvolvimento Integrado do Nordeste

Em agosto de 1996, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, lançou um programa com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável do País nas próximas décadas – O Programa Brasil em Ação.

O Programa Brasil em Ação é composto, atualmente, por 60 empreendimentos, formulados a partir de uma visão estratégica nacional, com a finalidade de alavancar investimentos produtivos e reduzir desigualdades regionais e sociais.

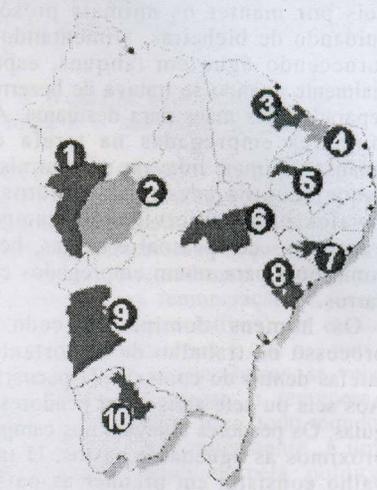
Os 60 empreendimentos estão subdivididos da seguinte forma: 36 empreendimentos em infra-estrutura econômica, nos setores de telecomunicações, energia, transporte, irrigação e abastecimento de água, objetivando reduzir custos na economia e propiciar o aumento da competitividade do setor produtivo; 13 empreendimentos em desenvolvimento social; 08 empreendimentos na área de informação e conhecimento e 03 empreendimentos na área do meio ambiente, totalizando 24 empreendimentos voltados para a geração e de emprego e a melhoria das condições de vida da população, proporcionando ganhos permanentes em educação, saúde, habitação e saneamento.

Dentre os 60 empreendimentos que o Programa Brasil em Ação intenciona atuar, encontra-se o Projeto do Pólo de Desenvolvimento Integrado do Nordeste.

A criação desse projeto foi resultado de uma parceria entre o Governo Federal e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), incentivados pela existência nessas áreas de elementos que caracterizam um elevado potencial de alavancagem, que pode viabilizar a obtenção de maiores retornos econômicos e sociais de investimentos, em menor espaço de tempo.

Observando as potencialidades de diversas áreas no Nordeste, foram determinados 10 (dez) pólos agroindustriais localizados em cada Estado do Nordeste e no Estado de Minas Gerais, como mostra a figura 1.

Figura 1. Pólos de Desenvolvimento Integrado do Nordeste



Pólo Alto Piranha (PB) .....	5
Pólo Assu / Mossoró (RN) .....	4
Pólo Baía Leiteira de Alagoas (AL) .....	7
Pólo Baixo Jaguaribe (CE) .....	3
Pólo Norte de Minas (MG) .....	10
Pólo Oeste Baiano (BA) .....	9
Pólo Petrolina / Juazeiro (PE / BA) .....	6
Pólo Sul do Maranhão (MA) .....	1
Pólo Sul de Sergipe (SE) .....	8
Pólo Uruçuí - Gurguéia (PI) .....	2

Fonte: BNB 1998

**1) BAHIA:** Pólo de Desenvolvimento Integrado Oeste Baiano, composto pelos municípios de Barreiras, Riachão das Neves, Santa Maria de Vitória, Correntina e São Desidério. Possui como principal potencialidade à produção de grãos de sequeiro e fruticultura irrigada.

**2) MINAS GERAIS:** Pólo de Desenvolvimento Integrado Norte de Minas, composto pelos municípios de Janaúba, Jaíba, Matias Cardoso, Manga, Porteirinha, Nova Porteirinha e Verdelândia. Possui como principal potencialidade à fruticultura e a exploração da agricultura irrigada.

**3) CEARÁ:** Pólo de Desenvolvimento Integrado Baixo Jaguaribe, composto pelos municípios de Limoeiro do Norte, Morada Nova, Russas, Jaguaruana, Quixeré, São João do Jaguaribe, Itaiçaba e Aracati. Possui como principal potencialidade o cultivo de arroz, fruticultura, olericultura e pecuária leiteira.

# GRADO URUÇUI-GURGUÉIA

**4) ALAGOAS:** Pólo de Desenvolvimento Integrado da Bacia Leiteira, composto pelos municípios de Batalha, Belo Monte, Cacimbinhas, Dois Riachos, Igaci, Jacaré dos Homens, Jaramataia, Major Isidoro, Minador do Negrão, Monteirópolis, Olho D'água das Flores, Olivença, Palmeira dos Índios, Santana do Ipanema e São José da Tapera. Possui como principal potencialidade à pecuária leiteira.

**5) RIO GRANDE DO NORTE:** Pólo de Desenvolvimento Integrado Assu/Mossoró, composto pelos municípios de Mossoró, Assu, Baraúnas, Carnaubais, Upanema, Ipanguaçu, Itajá, Afonso Bezerra, Alto do Rodrigues e Serra do Mel. Possui como principal potencialidade à produção de melão, frutas em geral e hortaliças através da irrigação.

**6) PARAÍBA:** Pólo de Desenvolvimento Integrado Alto Piranha, composto pelos municípios de Sousa, Aparecida, Marizópolis, São Francisco, Vieirópolis, Cajazeirinhas, Pombal, São Bento do Pombal, Condado, Cajazeiras e São João do Rio do Peixe e possui como principal potencialidade à pecuária, agricultura de sequeiro e queijo, além de contar com grande infra-estrutura hídrica.

**7) MARANHÃO:** Pólo de Desenvolvimento Integrado Sul do Maranhão, composto pelos municípios de Riachão, Feira Nova do Riachão, Balsas, Tasso, Frágoso, Alto Parnaíba, Fortaleza dos Nogueiras, Nova Colina, Loreto, Sambaíba e São Raimundo das Mangueiras e possui como principal potencialidade à produção de grãos de sequeiro, como soja, feijão, arroz, milho e milheto e a produção de carnes.

**8) PERNAMBUCO E BAHIA:** Pólo de Desenvolvimento Integrado Petrolina/Juazeiro, composto pelos municípios; em Pernambuco: Petrolina, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista e Orocó; na Bahia: Juazeiro, Sobradinho, Casa Nova e Curaça, e possui como principal potencialidade à fruticultura, olericultura irrigada.

**9) SERGIPE:** Pólo de Desenvolvimento Integrado Sul de Sergipe, composto pelos municípios de Boaquim, Arauá, Cristinópolis, Estância, Indiaroba, Itabaianinha, Itaporanga d'ajuda, Lagarto, Pedrinhas, Riachão do Dantas, Salgado, Santa Luzia do Itanh, Tomar do Geru, Umbaúba, Jandaira, Rio Real e Itapicuru, possui como principal potencialidade à produção de citros em sequeiro, pecuária, agricultura de sequeiro e queijo, além de contar com grande infra-estrutura hídrica.

**10) PIAUÍ:** Pólo de Desenvolvimento

Integrado Uruçuí-Gurguéia, composto pelos municípios de Uruçuí, Baixa Grande do Ribeiro, Santa Filomena, Bertolínea, Manoel Emídio, Antônio Almeida, Ribeiro Gonçalves, Eliseu Martins, Colônia do Gurguéia, Cristino Castro, Sebastião Leal, Santa Luz, Palmeira do Piauí, Currais, Bom Jesus, Redenção do Gurguéia, Monte Alegre do Piauí, Gilbués, Corrente, Cristalândia do Piauí, Barreiras do Piauí e São Gonçalo do Gurguéia possui como principal potencialidade é o cultivo de grãos, principalmente soja, arroz e milho.

O objetivo do Projeto Pólo de Desenvolvimento Integrado do Nordeste é dar sustentabilidade e competitividade às atividades econômicas desenvolvidas nessas áreas, contribuindo assim para a diminuição das desigualdades inter-regionais, interiorizando o desenvolvimento e conseqüentemente, promovendo o bem-estar econômico e social das populações envolvidas.

## 2. Pólo de Desenvolvimento Integrado Uruçuí-Gurguéia

Localizado na região sudoeste do Estado do Piauí, o Pólo Uruçuí-Gurguéia encontra-se inserido no cerrado piauiense.

De acordo com Monteiro (1998), citando Torres e Andrade (1991), os cerrados piauienses ocupam uma área de 46% do total do estado e 6% da área total do Brasil. Dessa forma, o cerrado piauiense ocupa, em termos de área, o 4º lugar no país e 1º lugar no nordeste.

O Pólo Uruçuí-Gurguéia é composto, atualmente, por 23 municípios que possui como centro dinâmico, o município de Uruçuí. O critério utilizado para a escolha dos municípios foi às semelhanças edafoclimáticas que privilegia o cultivo de grãos de sequeiro e algumas áreas propícias para cultura irrigada.

Visualiza-se na figura 2, a localização do Pólo Uruçuí-Gurguéia dentro do Estado do Piauí.

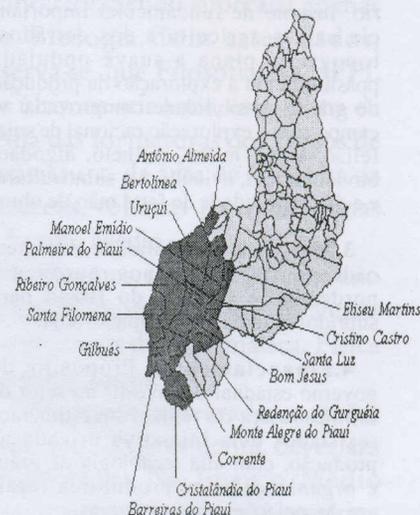
De acordo com dados do Banco do Nordeste (1998), a extensão de sua área terrestre é de aproximadamente 53.639 km<sup>2</sup> e conta com uma ótima localização geográfica, pois se situam numa região próxima aos mercados de Balsas (MA), Barreiras (BA), Teresina (PI) e Brasília (DF).

Conforme a Fundação Cepro (1992), o clima da região é caracterizado como tropical sub-úmido quente. Apresenta uma temperatura média anual de 27º graus e uma precipitação anual, em média, de 1100 mm.

O tipo de solo é o latossolos vermelho-amarelo, que apesar de sua grande acidez, possui um significativo potencial para produção agrícola, como observa

Figura 2. Pólo de Desenvolvimento Integrado Uruçuí-Gurguéia.

Fonte: BNB 1998



Monteiro (1998, p.38) em seu estudo citando Torres e Andrade (1991, p. 42).

*“As condições climáticas, geralmente favoráveis, e a topografia plana ou suave ondulada, que assegura facilidades para a mecanização agrícola, constituem-se como duas grandes vantagens naturais da área. Aliados a essas, destaca-se a ocorrência de alta taxa de luminosidade, permitindo assim, o desenvolvimento da planta durante todo ano, o que possibilita, inclusive, plantios sucessivos desde que se venha a ter disponibilidade de água através da irrigação”.*

O Pólo Uruçuí-Gurguéia dispõe também, da vantagem de fazer parte de uma região rica em recursos hídricos como águas subterrâneas, inclusive águas artesianas, e de águas superficiais. Os rios perenes que banham a região são o rio Parnaíba, o rio Gurguéia, o rio Paraím, o rio Uruçuí-Preto e o rio Uruçuí-Vermelho.

O projeto Pólo de Desenvolvimento Integrado Uruçuí-Gurguéia objetiva a promoção do desenvolvimento integrado e sustentado da região através do desenvolvimento de suas potencialidades.

O Pólo possui como principal potencialidade à produção de grãos como arroz, milho e principalmente a soja.

As potencialidades do Pólo Uruçuí - Gurguéia podem ainda ser evidenciados pelos seguintes fatores:

**1. Infra-estrutura:** Possibilidade de utilização de um intermodal de transporte com a utilização da ferrovia Norte-Sul (Imperatriz-Açailândia), integrada com a ferrovia Carajás (Açailândia-São Luiz), barateando os custos de transporte e a disponibilidade de tecnologia para exploração de grãos.

**2. Recursos naturais e mão de obra:** Disponibilidade de terras agricultáveis de boa qualidade e de baixo custo; disponibilidade de jazidas de calcário, insumo de fundamental importância para a agricultura dos cerrados; topografia plana a suave ondulada possibilitando a exploração da produção de grãos; possibilidade comprovada no campo para a exploração racional de soja, feijão, arroz, milho, milheto, algodão, bovinocultura, avicultura e suinocultura, e a disponibilidade de farta mão de obra.

**3. Mercado:** Proximidade dos mercados norte-americanos, europeu e nordestino e vocação do Brasil para supridor mundial do complexo soja;

**4. Financiamento:** Propósito do governo estadual de investir no setor de infra-estrutura da região; investimentos realizados pela iniciativa privada na produção, com alta tecnologia de grãos e organização dos produtores rurais em associações e cooperativas.

Para que os objetivos do Projeto sejam alcançados, o Banco do Nordeste elaborou um plano de metas a ser implantado no prazo de cinco anos. Essas metas são baseadas na dotação mínima de infra-estrutura econômica e social, da integração dos elos das cadeias produtivas e comerciais, do resgate da cidadania, do respeito ao meio ambiente e da massificação do processo de capacitação.

Na dimensão econômica, objetiva-se consolidar o anel viário de grãos interligando a área produtora do cerrado piauiense aos grandes centros receptores; dotar a área produtora de grãos, carnes e de agricultura irrigada, de infra-estrutura viária de penetração na área delimitada pelo anel viário de penetração na área delimitada pelo anel viário de grãos; interligar áreas periféricas ao anel de grão através de infra-estrutura viária que permita o acesso de insumos a região produtora principal e eixo; ampliar e modernizar de rede de eletrificação rural complementando a disponibilidade de energia inclusive com o uso de energia alternativa; utilizar e maximizar o potencial hídrico da região através do aumento da capacidade de armazenamento de água e sua viabilização em projetos de irrigação; melhorar os serviços de comunicação nos municípios do Pólo facilitando a integração das diversas comunidades; aumentar a produção de grãos nos cerrados; implantar área irrigada para produção de frutas, hortaliças, sementes e grãos, visando os mercados nacional e internacional; promover a fixação do homem no campo através da reforma agrária; promover as ativi-

dades econômicas necessárias ao apoio e a otimização do sistema agro-industrial; e melhorar as condições de comercialização de mercadorias na região.

Na dimensão sócio-cultural, objetiva-se a ampliação à rede física de saúde pública e atendimento médico; garantir e melhorar a oferta de água para o consumo humano nos municípios e oferecer destino adequado aos dejetos humanos e facilitar o escoamento das águas contribuindo para a prevenção de doenças.

Na dimensão ambiental, propõe-se capacitar e conscientizar a população sobre a correta utilização dos recursos ambientais; preservar os mananciais de água e os rios da região e preservar a fauna e a flora nativas através da criação de reservas ecológicas e zootônicas.

Na dimensão informação e conhecimento, objetiva-se garantir a oferta de vagas nas redes escolares para 100% da demanda dos níveis de ensino fundamental e médio com ênfase na qualidade, de modo a elevar as taxas de sucesso escolar, reduzindo a evasão e a repetência; qualificar/recapacitar técnicos, produtores e trabalhadores rurais, para o exercício das atividades relacionadas à agropecuária a agroindústria; otimizar a utilização dos recursos disponíveis, buscando a redução dos custos e o aumento da produtividade e instalar pólos de ensino superior e pesquisa nos municípios de Bom Jesus e Uruçuí.

*“Para que os objetivos do Projeto sejam alcançados, o Banco do Nordeste elaborou um plano de metas a ser implantado no prazo de cinco anos. Essas metas são baseadas na dotação mínima de infra-estrutura econômica e social, da integração dos elos das cadeias produtivas e comerciais, do resgate da cidadania, do respeito ao meio ambiente e da massificação do processo de capacitação”*

O Projeto Pólo Uruçuí-Gurguéia, vem sendo implantado desde 1998. Segundo documentos do Banco do Nordeste, os resultados alcançados até março de 2000 foram: a implementação de projetos que possibilitaram a geração de 7.023 novos empregos, com a mobilização de aproximadamente 11.109 habitantes da região, entre trabalhadores, produtores, líderes comunitários e outros. O valor total de financiamentos foi em torno de 62.761 milhões de reais, que possibilitou a execução de vários projetos, dentre eles, a expansão da fronteira agrícola. No período de 1998 a 2000, estima-se que o aumento da área plantada será de 127,38%, e aumento da produção de grãos será de 133,01%.

De acordo com o Banco do Nordeste, o Governo Estadual intenciona atuar para a viabilização do projeto Pólo Uruçuí-Gurguéia, fornecendo a infra-estrutura necessária à região, como a extensão da energia elétrica na Serra do Quilombo; a construção da ponte sobre o Rio Parnaíba, ligando os municípios de Ribeiro Gonçalves-PI a Balsas-MA; a construção da ponte sobre o Rio Gurguéia, ligando os municípios de Colônia do Gurguéia-PI a Manoel Emídio-PI (obra já concluída).

Segundo dados da Secretaria do Planejamento (Seplan) nos anos de 1998 e 1999 foram construídas a VPI-084 (Bom Jesus/Currais) e a PI-257 (Redenção do Gurguéia/Curimatá); foi restaurada a pavimentação dos trechos da rodovia BR-135 (Gilbués/Corrente) e (Corrente/Cristalândia do Piauí). Foi iniciada a construção da barragem de Rangel, no município de Redenção do Gurguéia. Houve a ampliação da rede de distribuição de água nos municípios de Baixa Grande do Ribeiro e Cristalândia do Piauí. Na área social, o Governo ampliou os serviços da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), criando o Campus em Corrente e os Núcleos Universitários em Bom Jesus e Uruçuí e ocorreu a realização do programa educacional para a preservação do meio ambiente no município de Uruçuí.

Nota-se que as metas objetivadas pelo Projeto Pólo de Desenvolvimento Integrado Uruçuí-Gurguéia, podem convergir na busca do desenvolvimento sustentado da região, através de projetos nas áreas econômicas, socio-cultural e ambiental.

Entretanto, é preciso avaliar os efeitos ambientais e a redução das desigualdades sociais dos investimentos realizados na região, distinguindo crescimento econômico de desenvolvimento sustentável ●

#### Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Manuel Correia de. *Cidade e Campo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1974.
- ROSSETTI, José Paschoal. *Política e Programação Econômicas*, 7 ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- FERREIRA, C. M. DE C. Espaço, Regiões e Economia Regional. In: HADDAD, Paulo Roberto. (Org). *Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. *Documento Básico do Projeto Pólo de Desenvolvimento Integrado Uruçuí-Gurguéia do Piauí*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1998. Versão Preliminar.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. *Documento Básico do Projeto Pólo de Desenvolvimento Integrado do Nordeste*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1998. Versão Preliminar.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Disponível: <http://www.bnb.gov.br/polos> (on line) 1999. Capturado em 06/11/99.

\* Rita de Cássia Carvalho Santos é bolsista CNPq/PIBI/UFPI (set/99 a ago/00) e aluna do Curso de Ciências Econômicas/UFPI

\*\* Jaíra Maria Alcobaça Gomes é professora adjunta do DECON/UFPI, Pesquisadora do TROPEN/UFPI, Mestre em Economia Rural pela UFPB/CG e Doutora em Economia Aplicada pela ESALQ/USP

# Filosofia no Ensino Médio: Algumas Reflexões

Gerson Albuquerque de Araújo\*

No dia 8 de outubro de 2001, o presidente Fernando Henrique Cardoso vetou o projeto de Lei 3.178/97, de autoria do deputado federal Padre Roque Zimmermann, do PT do Paraná, que tornava obrigatório o ensino de Filosofia e Sociologia no Ensino Médio. Isto depois uma discussão ampla e rica que terminou com a aprovação do projeto na Câmara Federal e Senado Federal.

O Diário Oficial da União, do dia 9 de Outubro de 2001, publicou razões para o veto do presidente. A primeira razão era que a aprovação da lei traria gastos para os Estados e o Distrito Federal. A segunda razão para o veto era de que “não há no país formação suficiente de tais profissionais para atender a demanda que advirá caso fosse sancionado o projeto”.

Resolvemos fazer um estudo desta segunda razão sobre o veto, deixando para outros um estudo mais aprimorado da primeira razão do veto. O nosso estudo abrange a nossa universidade federal. Resolvemos comparar o número de alunos formados em Filosofia com outros cursos de licenciatura de disciplinas voltadas para o ensino médio, tais como Matemática, Física, Química e Biologia. Delimitamos um período de tempo que abrange os anos de 1995 ao ano 2000.

Observando-se os dados do ano de 1995, verificamos que naquele ano, formaram-se 15 alunos em Matemática, 7 em Física, 13 em Química e 23 Biologia, enquanto em Filosofia 24 foram os formados. Ou seja naquele ano Filosofia formou mais alunos que qualquer dos cursos de Ciências Naturais.

No ano de 1996, 19 foram os formados em Matemática, 7 em Física, 51 em Química, e só 1 em Bio-

logia. Filosofia formou 19, empatando com Matemática, superando Física e Biologia e sendo superado por Química. No ano de 1997, 6 foram os formados em Matemática, 14 em Física, 38 em Química e de novo só 1 formado em Biologia. Filosofia formou 22. Neste ano Filosofia só foi superada por Química, tendo formado mais alunos que qualquer dos outros cursos.

*“O Diário Oficial  
da União,  
do dia 9 de Outubro de  
2001, publicou razões  
para o veto do presidente.  
A primeira razão era que  
a aprovação da lei traria  
gastos para os Estados e o  
Distrito Federal.  
A segunda razão para o  
veto era de que  
“não há no país formação  
suficiente de tais  
profissionais para atender  
a demanda que  
advirá caso  
fosse sancionado o  
projeto”.*

No ano de 1998, 13 foram os formados em Matemática, 16 em Física, 33 em Química e 2 em Biologia. Filosofia, como no ano anterior, formou 22. Sendo superada apenas por Química.

No ano de 1999, 14 foram os formados em Matemática, 9 em Física, 28 em Química e 4 em Biologia. Filosofia, por sua vez, formou 23.

Sendo superada só por Química. No ano de 2000, Matemática formou 18 alunos, Física 9, Química 20 e Biologia 34. Enquanto Filosofia formou 29. Sendo superada apenas por Biologia. Com estes dados, observa-se que Filosofia, na UFPI, nos últimos seis anos, está acima da média das formaturas dos cursos de licenciatura, da área de Ciências da Natureza, voltadas para disciplinas no Ensino Médio.

Verificamos, inclusive, que no ano de 1997, Filosofia formou mais alunos que os cursos de Matemática, Física e Biologia juntos.

Ora se forem observadas as razões para o veto do presidente, deveriam ser retiradas do Ensino Médio também disciplinas como Matemática, Física e Biologia. Não estamos defendendo isto, até acreditamos que uma atitude deste porte seria um desastre no nosso Ensino Médio, ficamos, contudo, com a desconfiança que uma cultura tecnocrata impregnada de pragmatismo faz algumas opções. Estas são norteadas, dentro uma sociedade da razão instrumental, em que o importante é o saber fazer.

Sabemos que esta nossa análise trabalha com dados que são limitados ao nosso Estado. Talvez, até a realidade do Brasil, seja outra. No entanto o Governo não apresentou estes dados para justificar esta razão do veto. Fizemos nossa parte, no nosso Estado, tanto formando um número razoável de alunos como mostrando nossos dados ●

\*Gerson Albuquerque de Araújo é professor do Departamento de Filosofia/UFPI, Mestre em Filosofia/PUC-SP, Doutor em Semiótica/PUC-SP. Realizou pesquisas sobre a Filosofia de Karl Popper na London School of Economics/Inglaterra

# ENTREVISTA COM O PROFESSOR REINALDO CARCANHOLO

*Num bate-papo com os professores Luiz Carlos Rodrigues Cruz "Puscas" e Samuel Costa Filho, o professor Reinaldo Antonio Carcanholo fala sobre os desafios que o ensino, como resultado de uma política educacional, coloca no dia-a-dia das universidades brasileiras, enfatizando questões inerentes ao Curso de Economia. Delineia, entre outros aspectos, o perfil da reorganização social de uma Argentina aniquilada pelo capital especulativo que exige dos países a obediência aos preceitos do FMI, do Banco Mundial e outras instituições financeiras internacionais. Prof. Reinaldo Carcanholo é Ph.D em Economia pela Universidade Autônoma do México.*

**IE** - Professor Reinaldo, quais os pontos fundamentais da Resolução 11/85 que criou o atual currículo de economia?

**PROF. REINALDO** - São basicamente aqueles que aparecem no artigo 7, com pretensão de que estivessem na nova resolução como artigo primeiro. Um deles é o pluralismo teórico-metodológico. A formação do economista pressupõe uma formação ampla, geral. O aluno precisa conhecer as diferentes correntes de maneira contraposta e adquirir capacidade crítica e criatividade ao confrontar-se com os problemas econômicos. Outro princípio importante diz respeito à ética profissional. O economista precisa desenvolver sua visão crítica perante a sociedade. Outro princípio é o compromisso ou a preocupação com a realidade em que vivemos: nacional, regional e local. Favorecer para que o aluno adquira meios para efetivar uma interpretação adequada, estruturada e coerente dessa realidade. O quarto princípio é a idéia de que a economia, não sendo uma ciência exata, exige articulação com as demais ciências sociais, em particular com a sociologia, a política e a filosofia, que é a mãe de todas as ciências. Portanto, os pontos básicos são: pluralismo, ética, compromisso com a realidade e interdisciplinaridade. A economia é uma das ciências sociais e é assim que deve ser tratada. Os princípios básicos da concepção de ensino devem estar relacionados, obviamente, com a necessidade de um avanço de qualidade.

**IE** - Você afirma que a economia é uma ciência social e que deve se interligar às demais ciências baseada no tripé que estrutura o curso, ou seja: bloco teórico, bloco histórico e disciplinas instrumentais, como as matemáticas e as estatísticas. Você incluiria no currículo disciplinas de contabilidade e de administração?

**PROF. REINALDO** - De forma alguma. No ensino tradicional víamos um agrupamento de disciplinas introdutórias que pretendia oferecer formação básica. Na verdade eram penduricalhos, que não avançavam em nada e eram

consideradas, tanto pelos professores quanto pelos alunos, como disciplinas de segunda categoria. O objetivo na verdade era a redução de custos. O que acontecia numa escola privada, por exemplo? Na existência dos cursos de economia, contabilidade, administração, pedagogia, letras, etc., havia introdução a tudo: à economia, à administração... Colocavam alunos dos mais variados cursos numa sala-de-aula objetivando somente reduzir custos. Penso que ocorre uma confusão entre as disciplinas optativas e as secundárias. Acredito que certas disciplinas são extremamente importantes na formação de um economista, mas algumas delas devem necessariamente ser optativas e não obrigatórias. Imagine, por exemplo, o seguinte: "gestão financeira" é uma disciplina de administração e é importante para um certo perfil de economista. Se você transforma uma disciplina como esta em introdutória para todos os alunos de economia, como ficaria o indivíduo que pretende se dedicar a "história econômica"? Obrigá-lo a estudar "gestão financeira"? Portanto, imagino que o motivo que leva um aluno a matricular-se numa disciplina optativa é o seu interesse pelo perfil que a disciplina possui. Não concordo com uma introdução de baixo nível colocada no primeiro semestre e que não satisfaz aos alunos e nem aos professores. No Espírito Santo, quando transformamos em optativa a disciplina "elaboração e análise de projetos", alguns perguntaram: *vocês estão querendo transformar "projetos" em disciplina de segunda categoria?* Nossa resposta: não, queremos que ela se transforme numa disciplina extremamente importante e com qualidade elevada.

**IE** - Tenta se passar a idéia da criação de um novo mundo com o processo de globalização. Pretende-se questionar o atual currículo de Ciências Econômicas como se ele estivesse ultrapassado. Qual a atualidade desse currículo perante o "não pensar" de hoje?

**PROF. REINALDO** - Sem dúvida não é função da universidade adestrar mão-

de-obra para o mercado. A destramento não é para seres humanos e sim para animais. Ela possui outra dimensão que é assaz importante. Ela existe para formar o cidadão e futuros líderes desta nação. Um líder nacional, regional, local, necessita de uma formação até mais ampla do que a gente consegue dar. Não se forma um cidadão ou um político sem estudar filosofia, literatura, história, mesmo que a área dele seja técnica como, por exemplo, a engenharia. Quantos engenheiros não se transformaram, neste país, em dirigentes políticos ou em grandes administradores? Um indivíduo como este precisa ter uma sólida formação filosófica e, até mesmo, muita informação literária. Infelizmente o aluno vem deformado do ensino médio, que deveria proporcionar-lhe uma ampla formação cultural. Na verdade, o recebemos com uma formação cultural insatisfatória e o que se pode fazer em quatro ou cinco anos é reduzi-la. É necessário o estudo da filosofia e da história para desmontar o que, nos dias de hoje, se procura transmitir aos indivíduos - uma forma de pensar única. O pensamento único apresentase como se fosse a forma exclusiva da humanidade pensar a si mesma. Isto é de um autoritarismo incrível. É uma ditadura do pensamento tão violenta quanto a ditadura política ou ditadura militar dura. É preciso combater essa ditadura da maneira mais intransigente possível com qualidade acadêmica, espírito de cidadão e com uma visão mais ampla do mundo.

**IE** - Na palestra sobre as "Novas Diretrizes Curriculares do Curso de Economia", você afirmou que *"o aluno deve buscar no curso a construção de sua própria matriz teórica"*. Qual o seu pensamento sobre essa questão?

**PROF. REINALDO** - Bem, todas as pessoas têm, com maior ou menor intensidade, um modelo de pensamento, uma estrutura constituída no cérebro que vai sendo construída ao longo da vida, desde o dia de seu nascimento. Possuímos uma formação basicamente cristã. Portanto, a dimensão dessa matriz

de pensar o mundo é o humanismo cristão. Mesmo que alguém recuse a religião, vai manter esse elemento forte até o final da sua vida. É um elemento fundamental. No mundo ocidental, assimila-se uma perspectiva positivista no contato com o jornal, televisão, rádio, amigos, Igreja, e até mesmo com a internet. Estrutura-se nas pessoas uma forma de pensar positivista e na universidade agregam-se mais elementos a essa matriz. A universidade tem um peso intenso na formação do indivíduo, que ela é capaz de reestruturar, em grande parte, a sua forma de pensar. Podemos influenciar decisivamente, na estruturação de uma matriz teórica de pensamento, em particular no nosso caso que é a economia. Existem duas maneiras diferentes de se formar essa matriz: uma autoritária e ditatorial, que o ensino tradicional de economia fazia: a idéia do pensamento único...

IE - Neoclássico...

**PROF. REINALDO** - Exatamente! Qual é a forma de se pensar a Economia? Para eles ciência é o modo de pensar deles, neoclássico, marginalista; não há outra forma de pensar! Pensar diferente é ser excluído do pensar científico. O indivíduo não tem o direito de ver a Ciência Econômica de forma diferente e deve aceitar o dogma neoclássico como se fosse a verdade. E qual é a nossa posição? É muito diferente, totalmente oposta! É permitir que o próprio aluno procure construir sua matriz teórica. É mais difícil, impõe mais sacrifício a quem procura transmitir o conhecimento. Qual é o mecanismo? Apresentar a esse aluno a história do pensamento econômico com o auxílio da filosofia, da história... Atualmente, possibilita-se ao aluno o conhecimento dos autores de maior relevância e o discernimento das diferentes correntes do pensamento, permitindo que ele constitua a sua própria matriz teórica. Esta vai ser fundamentalmente mais de um autor que de outro; mas, se o aluno quiser pode construir sua matriz com um pouco de cada autor, é uma questão pessoal. Claro que isto implicaria numa visão eclética, que tende a ser menos efetiva na hora de interpretar o mundo; mas o aluno deve ter a liberdade de construir sua própria matriz teórica. Embora a objetividade na ciência não exista, é necessário transmitir o conteúdo das diferentes correntes com a maior honestidade possível. Isso não significa, porém, que o professor não tenha o direito de criticar. A própria crítica aos grandes autores do pensamento econômico constitui-se em um estímulo para que o aluno também seja capaz de criticar. Esse é o ensino que chamaria de ensino "democrático". Apenas a liberdade de pensar edifica um indivíduo criativo e não um ser adestrado, que como um cão, segue o seu dono. A sociedade necessita de indivíduos capazes de dar respostas adequadas aos problemas que enfrenta e para isso o ensino democrático é fundamental.

IE - Temos um currículo plural e democrático. Porém, qual a perspectiva diante da nova Lei de Diretrizes e Base da Educação?

**PROF. REINALDO** - A política do atual governo em relação ao ensino de economia, assim como em relação a outras áreas, representou um grande retrocesso. A palavra de ordem é desregulamentação, termo que é escondido por outra palavra mágica: flexibilização. A pretensão absurda é reduzir drasticamente o tempo necessário para a conclusão de um curso superior e a não regulamentação das quantidades mínimas de horas nas disciplinas fundamentais. A idéia consiste em graduar um médico, um advogado, engenheiro ou economista em apenas três anos. Talvez o caso de medicina seja o mais surpreendente porque todos percebem a responsabilidade que tem um médico em relação à vida humana. Um engenheiro formado em seis anos derruba prédio no Rio de Janeiro matando gente; imaginem um indivíduo com apenas três anos de estudos! Esta política atende apenas o interesse daqueles que trabalham no setor da educação e que têm como único objetivo o lucro. O resultado é uma escola privada de má fé com intuito de somente ganhar dinheiro. Há outra questão: a única coisa que interessa para a política educacional são as estatísticas. Se o número de alunos que ingressou no ensino básico aumentou e a desistência diminuiu, pontos para o governo! O número maior de pessoas na escola e a redução do analfabetismo acontece com gastos reduzidos porque o salário dos professores continua o mesmo. Os recursos para a manutenção nas escolas também diminuiu. A atual política proíbe um professor de reprovar no ensino básico. Alunos que não sabem ler uma poesia, um jornal e nem mesmo o elementar, são promovidos à séries superiores. Priorizam quantidade e esquecem da qualidade. Isso em termos de propaganda é ótimo porque o governo aparece como grande realizador de metas educacionais. O aumento da quantidade de concludentes do ensino médio vai gerar um excesso de demanda para o superior, mesmo com a expansão absurda do ensino de baixa qualidade das escolas privadas. A insatisfação na juventude será muito forte. Quem pensar em continuar os estudos não encontrará oportunidades no ensino público superior ou no privado. Qual a solução? Redução para três anos da formação universitária. Com o mesmo investimento, deverá oferecer-se um número de vagas superior. A redução para três anos dos cursos universitários é uma estratégia que está sendo seguida atendendo determinações do FMI. A intenção é atender os alunos do ensino médio e, principalmente, expandir o ensino superior privado. O indivíduo vai graduar-se em três anos e a idéia que ele tem é de que isso é melhor: *eu, em três anos, com um diploma de*

*economista!* Acontece que com o diploma na mão, o aluno perceberá que não é o título que garante o ingresso no mercado de trabalho e sim a formação com qualidade. Sentirá necessidade de fazer um desses MBAs da vida, pagos e caros para complementar seus estudos. A má fé nesses cursos de especialização e pós-graduação *lato sensu*, em todos os lugares desse país, é muito forte e continua enganando um grande número de profissionais. Em sua maioria, esses cursos, com poucas exceções, são simplesmente caça-níqueis. Aos poucos, quando começar a comparar os futuros profissionais com os antigos a sociedade vai perceber que foi enganada. Só que isso demora anos, porque o aluno deverá entender a importância do curso somente cinco ou dez anos depois de formado. O custo social será elevado. Nessas condições, onde o país vai encontrar seus cientistas, técnicos, engenheiros, líderes e políticos? O pensamento do aluno é o seguinte: *"que bom, uma formação em três anos, pagando menos e sem monografia!"* Essa perspectiva é equivocada. Ninguém tem culpa de pensar dessa maneira; a culpa é da política do governo. O ministro Paulo Renato está seguindo as ordens do FMI, o que é uma verdadeira tristeza. Ele é economista... estudou na universidade de Campinas. Um indivíduo culto, assim como o presidente. Mas transformaram-se em porta-recados do FMI. É lamentável.

IE - O governo busca a extinção da obrigatoriedade da monografia em todos os cursos. Qual sua opinião sobre essa questão?

**PROF. REINALDO** - O governo tenta eliminar a obrigatoriedade da monografia e instituir o estágio supervisionado. Por que é importante a monografia? Porque é um momento privilegiado em que o aluno é obrigado a responder questões por si mesmo. Embora orientado por um professor, é obrigado a dar respostas pessoais a um problema que ele formula. Eu até diria que é mais difícil formular problemas que buscar respostas. É um momento em que se exige a criatividade. Monografias de nível médio ou bom exigem um bom curso. Isso implica em altos custos; necessidade de professores orientadores, carga horária adequada, estrutura curricular. Com a instituição do estágio supervisionado e a extinção da obrigatoriedade da monografia, os custos serão reduzidos para as escolas públicas e privadas. O estágio supervisionado é interessante quando, efetivamente, possibilita ao aluno vivenciar a futura profissão, e deveria ser avaliado com uma monografia obrigatória. No caso específico da economia, a experiência demonstrou que no período anterior a reforma de 84, os estágios serviam apenas para fornecer mão-de-obra barata para empresas.

**IE** - Mudando um pouco de assunto: o que levou à crise argentina?

**PROF. REINALDO** - O governo foi atendido integralmente a política determinada pelo FMI, firmada pelo Consenso de Washington. O que existia de indústria e da capacidade do Estado em intervir na economia através de uma política econômica ativa foi destruído pela política cambial. O Estado perdeu a capacidade de fazer política monetária, que ficou completamente restrita às determinações e interesses do FMI. A taxa de juros não é determinada em função dos problemas internos e sim do movimento necessário de capital, ou seja, do ingresso de capital estrangeiro para equilibrar as contas nacionais. Qualquer estudante de segundo ano de economia sabe disso! Por outro lado, privatizaram muito mais do que no Brasil. No nosso país falta privatizar a Caixa Econômica, o Banco do Brasil, a Petrobrás e a Amazonia. Na Argentina venderam tudo a preço de banana (como no Brasil). Porém, lá não restou nada. A dívida interna explodiu, a dívida externa e o déficit do setor público também. Os juros devem se manter altíssimos. Mas como eles tinham seguido rigorosamente as políticas determinadas pelo FMI, considerava-se a Argentina o país modelo. O que o FMI mandou o governo Fernando Henrique Cardoso fazer, quando da crise cambial de 1999? Sigam a Argentina! Câmbio fixo! Por sorte, algum santo iluminou a cabeça das nossas autoridades federais que, apesar de neoliberais ao extremo, não atenderam a essa determinação. Pelo menos essa, porque já estaríamos como a Argentina, hoje. O que aconteceu na Argentina é produto da lógica especulativa do capital internacional, que tende a produzir fatos dessa natureza. A política econômica do governo argentino seguiu rigorosamente as determinações das instituições americanas que defendem os interesses desse capital. É uma tragédia para o povo; não apenas para os trabalhadores mas, também, para a classe média, aposentados, desempregados, miseráveis da cidade e do campo. E o Brasil tem risco de sofrer crise igual? Claro. E por que ainda não aconteceu? Por duas razões: a política econômica brasileira resistiu um pouco mais às determinações do FMI. Além do mais o Brasil foi o último país da América Latina a entrar nesta política suicida (a Argentina e o Chile foram os primeiros). Iniciou-se com Collor fortalecendo-se com FHC. Esse é um fator que permitiu uma certa resistência evitando, até agora, uma catástrofe. A outra questão é que a estrutura econômica brasileira é mais forte do que todas as demais e pôde resistir um pouco mais. Já foi em grande parte destruída a integração industrial, a capacidade produtiva e a articulação entre os setores. O País não está fora do risco, mas não por uma questão cultural ou conjuntural, e sim pela própria lógica do sistema. A Argentina é só o começo. É a manifestação inicial da possibilidade de uma

grande crise geral. Foi publicada uma entrevista de Joseph Stigler, ex-diretor do Banco Mundial dizendo que o problema da Argentina não é ter cumprido as determinações do FMI mas por ter seguido, muito à risca, essas determinações. O próprio poder dentro do FMI faz uma autocritica dizendo: "*nos equivocamos, e a Argentina seguiu muito de perto nossos equívocos*".

**IE** - Você acha que no caso do Brasil a reação da sociedade foi um dos fatores que dificultou a implantação dessas medidas? As mobilizações contra a privatização da Petrobrás, do Banco do Brasil...

**PROF. REINALDO** - Concordo inteiramente. Felizmente, do ponto de vista político e social, existe no Brasil uma resistência à política neoliberal, constituída pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimento dos Sem Terra (MST). Os argentinos nunca conseguiriam constituir uma frente partidária capaz de aglutinar ampla oposição. Não é o PT em si, mas o que o PT representa do ponto de vista político-ideológico neste país, uma frente de oposição, de resistência dos trabalhadores. A CUT também, no mesmo sentido; não é a CUT em si, mas é a capacidade que tem de aglutinar uma grande parcela dos trabalhadores brasileiros em torno de uma posição crítica. Na Argentina, mesmo os trabalhadores, até antes dessa crise do ano passado, estavam em grande parte manipulados pelo Partido Justicialista e pelas centrais pelegas. Coisa que acontece no Brasil, mas em menor escala, com a Força Sindical e CGT. No Brasil conhecemos os sindicalistas Medeiros e Paulinho, como casos similares. Mas, por outro lado, existe o MST que é um movimento sem precedentes, com expressão e reconhecimento internacional. É um dos movimentos que provocaram o atraso do Brasil na aceitação das medidas neoliberais extremas. Esta resistência é incontestável. Os argentinos não conseguem nem imaginar como desenvolver algo parecido por lá. Não conseguiram, pois agora é outra a realidade.

**IE** - O discurso neoliberal coloca as privatizações e a flexibilização das relações de trabalho como ações necessárias à resolução da dívida interna e do custo da mão-de-obra. Todavia as dívidas interna e externa e o desemprego no Brasil cresceram assustadoramente. Qual a sua percepção sobre essa questão?

**PROF. REINALDO** - As privatizações foram justificadas como necessárias para diminuir a dívida pública e permitir ao Estado graus de liberdade para implementar uma política ativa de crescimento econômico. O argumento era o seguinte: vendem-se as estatais; reduz-se a dívida, o que possibilita pagar menos juros; com o dinheiro dos juros que o país não paga, cresceriam os gastos em saúde, educação, etc. O pre-

sidente Fernando Henrique assumiu o governo com a dívida interna de 64 milhões; hoje ela é superior a 700 bilhões. Esses neoliberais! As negociatas por trás de cada uma dessas privatizações foram assustadoras. Isso me faz lembrar que em outros países da América Latina, neoliberais do porte de um Salinas do México, Fujimori do Peru, Menen e Cavallo da Argentina, saíram pelo aeroporto ou para a cadeia. No caso brasileiro correu muito dinheiro por fora e o que tem aparecido na imprensa é só bobagem. As privatizações representam um fracasso e hoje eles não têm coragem de lembrar como as justificavam. Uma das privatizações mais vergonhosas foi a da Vale do Rio Doce, uma empresa líder no mercado mundial. Um escândalo!

**IE** - E o capital especulativo? Qual a sua força e o seu maior receio?

**PROF. REINALDO** - Bom, do que o capital especulativo tem medo? Esse capital não tem medo de não receber o dinheiro que emprestou. O que ele quer, na verdade, é continuar recebendo pontualmente sua remuneração (os juros e seus lucros especulativos). O medo do capital especulativo é que o país, em determinadas circunstâncias, se veja impossibilitado de pagar a remuneração do capital. É fato para todo mundo que o Brasil economicamente é um país vulnerável, debilitado pela política neoliberal. Os indicadores econômicos brasileiros revelam uma fragilidade e vulnerabilidade muito mais graves do que os indicadores argentinos. Então, claro que o capital especulativo está preocupado com isso e com o próximo governo. Têm medo de que a política se altere drasticamente, de que o novo governo diga "*a partir de hoje a gente não paga nada, nem o principal e muito menos o juros, vocês já receberam demais*.. Sabem que o calote é uma prática internacional. Os maiores caloteiros, em toda a história capitalista, foram os Estados Unidos. Os EUA tinham um compromisso internacional de pagar uma onça troy de ouro por cada 35 dólares. Romperam o acordo e em poucos meses o dólar desvalorizou-se tanto que uma onça de ouro estava a 500 dólares. Depois baixou um pouco, mas foi o maior calote da história. É lamentável que as decisões políticas que deveriam ser tomadas pelos eleitores, agora sejam tomadas pelo capital especulativo. Ou, como diz Luís Carlos Mendonça: o mercado já escolheu o candidato deles. É inaceitável que o capital especulativo diga em quem deve-se votar. Eu não acredito que um novo governo vai ampliar o caos financeiro, qualquer que seja o candidato vencedor. O caos financeiro até pode ocorrer, mas não por consequência da mudança de governo e sim, como consequência da própria lógica do capital especulativo. O que eu gostaria é que o novo governo implemente uma política econômica que reduza a vulnerabilidade do País de maneira a enfrentar a turbulência que

deverá ocorrer por culpa do capital especulativo. É preciso um governo que seja capaz de impulsionar uma política econômica que amplie a nossa capacidade de resistência e que não seja insensível às consequências nocivas impostas à população pelo modelo ora vigente. Eu acho que o povo brasileiro ultimamente está se dando conta disso, abandonando os preconceitos e começando a perceber que o problema é mais sério do que a imprensa diz.

**IE** - A política neoliberal fragiliza a economia dos países latino-americanos e apresenta a ALCA como alternativa?

**PROF. REINALDO** - Exatamente; e quanto mais fragilizados, menos resistência apresentam e mais a integração com os Estados Unidos parece ser a salvação. Porém, países com um pouco mais de resistência, como o Brasil, talvez sejam capazes de ver com outros olhos e perceber que a integração implicará servidão econômica pois nos enquadraríamos não na riqueza de lá, mas na pobreza. Mas não é só a servidão econômica: fazer o que eles fazem, gostar do que eles gostam... E a nossa cultura? O que fazemos com ela?

**IE** - O que significa para o mundo o Fórum Social Mundial?

**PROF. REINALDO** - O Fórum Social Mundial é uma resposta ao pensamento único que se pretende impor. A organização popular de vários seguimentos está começando a se internacionalizar. Eu não tive oportunidade de ir, mas alguns dos meus alunos voltaram deslumbrados com o evento. Ficaram entusiasmados com a oportunidade de conviver com pessoas de diferentes culturas, línguas, raças e religiões. Nas manifestações, apesar das mais diferentes línguas, todos conseguem se comunicar. Ocorre todo tipo de manifestação, desde socialistas, comunistas, religiosos, gays, dragqueens... Tudo que contesta a violência do mundo atual. Isso pode significar um novo começo dos tempos, um novo mundo. E o novo mundo é isso: pluralidade, diversidade, diálogo. O novo mundo não é a homogeneização de tudo. Eu não quero ser igual a todo mundo, eu quero ser diferente, ter a minha própria personalidade, cultura, língua, música e literatura. Quero ser o meu próprio eu. Não quero que se destrua o modo de ser do camponês do interior do Rio Grande do Sul, do camponês do Mato Grosso, do Acre. A riqueza que a diversidade humana produz tem que ser preservada e o Fórum Social Mundial é isso. Há respeito à diversidade cultural. Não podemos ser contra a globalização. Só que a gente deseja a globalização da solidariedade entre os povos e as etnias. Que se tenha liberdade de pensar e sentimento de humanidade.

**IE** - Na sua opinião, que consequências sociais podem ocorrer com as crises econômicas resultantes do modelo neoliberal?



Foto: Fênixa Veras

**PROF. REINALDO** - Pensando a Argentina, há duas coisas importantes: a primeira é que a crise é drástica para os desempregados e para os trabalhadores; pois parcela importante, mesmo com carteira assinada ganha abaixo da linha de sobrevivência alimentar. Houve a destruição de 80% da classe média argentina. Isso produziu um fenômeno interessante que eu observei lendo um artigo do economista argentino Cláudio Katz. Tradicionalmente havia uma grande separação (talvez mais radical que no Brasil) entre a classe média e os trabalhadores. Na Argentina há turnos de poder: ora os justicialistas, ora os radicais. Mas qual era o esquema de dominação montado pela classe dominante argentina? Os trabalhadores mais humildes eram justicialistas, graças à política peronista de décadas atrás. A classe média se ligava aos radicais. Essa divisão permitia à classe dominante manobrar o poder na Argentina. A crise rompeu essa separação e fez com que a classe média se identificasse, em grande parte, com os objetivos políticos, econômicos e ideológicos dos trabalhadores. Os caçarolaços nas ruas e em frente aos bancos, são realizados pela classe média, mas os trabalhadores aderiram a eles. As manifestações dos piqueteiros, típicas dos trabalhadores, especialmente dos desempregados, parando ruas e estradas receberam a adesão e o apoio de vários setores da classe média. O movimento cresce não partidariamente, porque não há um partido hegemônico. Quem cresce politicamente são os líderes, que não participam dos partidos tradicionais da Argentina. Eles dirigem o que chamam de assembléia de bairros: são instâncias de organização e poder local, com um poder político enorme e capacidade de pressão muito grande. Essas assembléias de bairro designam seus representantes para uma assembléia nacional e isso é algo extremamente importante do ponto de vista político e histórico. O capitalismo produz a tragédia e ao mesmo tempo cria a possibilidade da alternativa porque ocorre o debate realmente democrático. Os representantes são eleitos pelo povo e precisam dar conta de cada uma de suas ações; se não correspondem ao desejo da maioria, perdem o mandato.

A crise econômica e social refaz, do ponto de vista político, o poder popular. A segunda questão que eu gostaria de destacar é a seguinte: se alguém nos perguntasse que proposta teríamos para a sociedade brasileira neste momento. O que responderíamos? Eu, preocupado com o meu filho que vai para a escola particular, com o meu seguro de vida e com a carteira da Unimed, responderia que não tenho propostas. Qualquer alternativa de projeto econômico vai implicar um alto preço a curto prazo e eu não quero pagá-lo. Então deixa tudo como está! O que não percebo é que o preço que pagaríamos a curto prazo, para uma mudança radical do modelo atual, é menor do que vamos pagar a longo prazo, se este modelo de sociedade persistir. O preço que o capitalismo mundial vai exigir será a obrevivência da humanidade. Só que não se entende isso, quando se tem dinheiro no banco, filho na escola, cartão da Unimed, carteira assinada com salário fixo ou se é funcionário público com estabilidade. Porém, numa crise como a argentina, perdeu-se o que se tinha no banco, a Unimed faliu, sua empresa fechou, o funcionário público foi demitido porque o FMI exigiu mais cortes. A situação é tão dramática que o preço a pagar pela mudança é menor do que o sofrimento que o povo argentino está passando. É possível, nas condições atuais, que na Argentina formule-se um plano econômico, político e social alternativo que conquiste o apoio da sociedade? É isso que se está fazendo através do documento elaborado pelos Economistas de Esquerda (EDI). É um documento belíssimo, de uma ousadia consequente, implementável e que tem uma clareza fora do comum. Se as condições políticas forem favoráveis, com o apoio popular, da classe média e dos trabalhadores, acho que a Argentina vai fazer história. Vai ser a locomotiva da História e nós vamos ser um pequeno vagãozinho, atrás dela ●

*A transcrição da fita foi feita por Socorro Nascimento. Agradecemos o apoio recebido do professor Eudóximo Soares Lima Verde, Diretor do Centro de Ciências da Educação, que viabilizou a transcrição desta entrevista.*

# Ídolos e micarina

Gadafy de Matos Zeidam é aluno do Curso de Filosofia/UFPI.  
Auditor-Fiscal da Previdência Social.

Para Francis Bacon, assim como para Descartes, a mente humana está impregnada de barreiras que tornam difícil o acesso à verdade. Ambos propõem métodos capazes de conduzir o conhecimento à verdade pela superação dessas barreiras, as quais Descartes chama de "verdades inculcadas na alma" e Bacon de ídolos.

Descartes sugere o "cogito", Bacon a indução verdadeira. São métodos radicalmente opostos, fundamentalmente porque o primeiro tem uma premissa racionalista, enquanto o segundo, uma premissa empirista. Esquecendo um pouco os métodos em si, gostaria de atentar para a Teoria dos Ídolos de Bacon, relacionando-a à micarina.

De acordo com a Teoria dos Ídolos, são de quatro gêneros os ídolos que bloqueiam a mente humana: Ídolos da Tribo, da Caverna, do Foro e do Teatro. Eles constituem as falsas noções congestionantes da mente, que devem ser expulsas pela construção de axiomas e conceitos produzidos pelo justo método, que é a indução verdadeira.

Durante a micarina não se descongestiona na mente a falsa noção de alegria e divertimento anexada às suas noites. Inicialmente, cumpre revelar que existem duas micarinas: uma para os que podem adquirir o abadá, outra para os que não podem comprá-lo. Apenas num país sem iguais condições de acesso à saúde, educação e renda para a sua população, tais festas podem germinar e contaminar tantas cidade, o que, *per se*, já demanda seriedade.

Também se deve falar das miracinas oficial e real. A primeira não admite acidentes, mortos, feridos, tráfico de entorpecentes, pessoas entrando no mundo das drogas, jovens embriagados e outros que precipitam sua primeira experiência sexual. A real não é só música, dança e avenida enfeitada; tem pranto, pronto-socorro, noite, maldormida de mãe aflita, vidas destruídas pelo vício. Nada de "animação total" como alardeiam os foliões em tantas entrevistas.

Como Bacon sugere, o encobrimento destas dicotomias só é possível pela força de um Ídolo. A mídia cumpre o seu ardiloso papel de deformar a realidade a serviço de interesses maiores (!!!) do que a verdade; ela reforça o Ídolo que alcantila a mente, tornando esta inacessível a argumentos que combatam o frenesi bestial que envolve a micarina.

Bacon escreveu em outra realidade histórica e geográfica, sendo tarefa árdua reconhecer hoje um gênero de Ídolo. Descarte, salva melhor interpretação do *Novam Organum*, acredito tratar-se a micarida de um Ídolo de Teatro, pois emigrou para o espírito dos jovens pelas regras viciosas da demonstração efetuada pela mídia, de sorte que o mundo verdadeiro, dicotômico, é representado por outro teatral, monolítico ●

## REPENSANDO A CIDADE

Hildenilson de Araújo Sousa é aluno do Curso de Ciências Econômicas/UFPI.  
Diretor de Intercâmbio do Centro Acadêmico e da ONG Mais.

Nos dias 06 e 07 de Dezembro de 2001 no município maranhense de Timon foi realizado um Seminário sobre Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Sustentável. A iniciativa partiu da Administração Chico Leitoa e contou com a participação de técnicos em engenharia, cientistas sociais, do empresariado, políticos e da população, todos interessados em discutir e sugerir soluções para esse novo paradigma civilizatório.

A exemplo de outras cidades brasileiras como Teresina (Congresso da Cidade 2001 - tendo Vitória/ES como referência), Timon passa a preparar a sua Agenda 21 Local para 2015.

"O Desenvolvimento Sustentável em novas bases é o desenvolvimento alternativo com suporte na sustentabilidade ecológica, melhoria da qualidade de vida dos excluídos e a retomada do crescimento econômico." afirma Chacon de Assis do CREA-RJ. O engenheiro discute no livro Brasil 21 o conceito de um índice de ecoeficiência como uma relação entre a velocidade da agressão ao meio ambiental e a velocidade com que a natureza consegue reagir para compensar esses danos.

A Constituição Brasileira dispõe dos artigos 182 e 183, regulamentados pela Lei 10.257 de Julho de 2001, que trata da execução do planejamento do desenvolvimento urbano e ambiental para as cidades com população a partir de 20 mil habitantes.

Hoje em dia o Plano Diretor das prefeituras deve contemplar em suas ações de governo investimentos para esse novo modelo da gestão pública.

"Implementar a Agenda 21 Local é realizar um processo participativo multissetorial de construção de ações estratégicas dirigido às questões prioritárias ao desenvolvimento sustentável local, que impliquem em mudanças no atual padrão de desenvolvimento, integrando as dimensões sócio-econômicas, político-institucionais, culturais e ambientais da sustentabilidade", escreve Jaira Maria Gomes, doutora em Economia pela ESALQ-USP e professora da UFPI.

A integração das comunidades humanas em uma rede global, a extensão transnacional dos ecossistemas, a biodiversidade e a responsabilidade social formam uma proposta flexível para se pensar o Mundo, o Brasil e as nossas cidades futuras ●

## Desenvolvimento Humano nos Cerrados Piauienses

Edson Pereira de Sá é aluno do Curso de Ciências Econômicas/UFPI. Ex-bolsista do CNPq, orientado pela Profa. Dra. Jaira Maria Alcobaga Gomes.

O entendimento sobre o que venha a ser o desenvolvimento de um país, região ou município, passou ao longo da história por diversas interpretações, dentre elas, as que o colocavam, única e exclusivamente, sob a forma de crescimento econômico, que vai desde os mercantilistas até os clássicos; outra, a partir de J. Schumpeter, que não se fixa em uma visão unilateral de crescimento econômico, e aperfeiçoada, a partir da década de 1970, por um grupo de estudiosos que passaram a ver o desenvolvimento de forma mais aberta englobando vários aspectos, que vão desde os sócio-econômicos até aos culturais e ambientais.

A busca por uma avaliação sobre o desenvolvimento humano de uma determinada região, abrange inúmeros aspectos, dentre os quais se destacam: a) o nível de desenvolvimento dos municípios que a compõe, aglutinando a longevidade, a educação e a renda que formam o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM; e b) o nível de condições de vida da população, calculado pelo Índice de Condições de Vida - ICV, identificado pelo somatório das medidas de longevidade, educação, renda, infância e habitação.

Ambos os aspectos são mensurados baseados em metodologia adotada pelo PNUD, no cálculo de aferição do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, variando de 0 a 1, sendo, entretanto, adaptado às suas peculiaridades locais.

Os cerrados piauienses, ao qual se direciona o estudo, atualmente, destacam-se como a região mais promissora do Estado em relação à exploração intensiva de grãos, como também, na fruticultura irrigada, passando a ser chamado, de "a última fronteira agrícola dos cerrados". Com uma área aproximada de 11,5 milhões de hectares, os cerrados piauienses, é o quarto maior do país e o primeiro do nordeste em extensão.

Com base no estudo que realizei em 2000/2001, orientado pela professora Jaira Maria Alcobaga Gomes, a aplicação daqueles índices (IDHM e ICV), no ano de 1991, aos 31 municípios que compõe a área de domínio dos cerrados piauienses, incluídos aqueles que compõem o Pólo de Desenvolvimento Integrado Uruçuí-Gurguéia, demonstrou, no geral, uma profunda carência dos municípios, em relação à maioria dos aspectos que servem de base às mensurações dos índices destacando-se, negativamente, o aspecto da renda familiar per capita, abaixo de 0,400 em todos os municípios da região.

O estudo demonstrou, que a média do IDHM nos 31 municípios analisados, que é de 0,409, embora apresentando melhoras, em relação a períodos passados, está muito aquém dos considerados razoáveis para o desenvolvimento de uma vida digna, uma vez que a média do Estado é de 0,468 e a Capital Teresina apresenta um índice equivalente a 0,688.

Da mesma forma, a média do ICV em 1991, nos municípios que compõem a área de domínio dos cerrados piauienses, onde são analisados além da renda, educação e longevidade os aspectos da infância e da habitação, é igual a 0,468, apresentando-se muito abaixo daquele registrado pelo Estado 0,547, como também do índice alcançado pela Capital 0,683 ●

# HÁBITOS DE COMPRA DO CONSUMIDOR BRASILEIRO EM SUPERMERCADOS

Tiago Cardoso Rosa\*

Esta pesquisa tem como base o 1º Estudo Anual do Setor de Supermercados-1998, da ABRAS - Associação Brasileira de Supermercados. Todos os dados aqui analisados referem-se a pesquisa realizada pela Abras e outras empresas sobre sua supervisão, entre os dias 9 a 20 de junho de 1998 em 17 Estados, segundo um critério de probabilidade proporcional ao tamanho das cidades.

A amostra final foi constituída de 2.151 casos, com 95% de margem de segurança. Então, nosso propósito é levar ao conhecimento da comunidade supermercadista piauiense e aos interessados as atitudes do consumidor quando vai a esses pontos de vendas realizar suas compras.

## 1. Local de compra mais frequente

O consumidor brasileiro para abastecer sua residência (principalmente, em gêneros alimentícios), frequentam em média cinco locais de compra.

O supermercado foi mencionado em primeiro lugar como o principal ambiente de compra na opinião de 99,3% dos entrevistados, ficando em segundo as padarias com 81,0% e em terceiro os açougues com 64,1%. As feiras e as drogarias/farmácias/perfumarias com 56,7% e 53,2%, respectivamente.

Os outros locais de preferência, assim se comportaram: sacolão/varejão, 38,2%; lojas especializadas, 30,1%; mercearia, 28,0%; quitandas, 15,8%; peixaria, 14,4%; e armazém, 11,5%.

A mensão aos supermercados não varia entre as classes sociais, mantendo-se à média de 99%. O mesmo acontece com as feiras, mantendo-se próxima da média de 56%, e os açougues, com uma média de 64%.

No setor de padaria as classes B e C revelaram maior assiduidade às compras nestes estabelecimentos do que as classes D e E. Já para as drogarias/farmácias/perfumarias podemos afirmar que as classes A e B tem maior frequência que as outras classes sociais.

## 2. Com quem o consumidor costuma fazer compras no supermercado

A pesquisa revelou que 40,3% dos entrevistados respondeu que costumam ir ao supermercado com o cônjuge; 31,6% preferem ir sozinho; 20,3% com os filhos e 7,9% com amigos.

Com relação aos segmentos sociais, as classes A, B e C costumam fazer compras na maior parte das vezes com seus cônjuges, representando 60,9% da amostra, sendo a segunda opção irem sozinho às compras. Esse comportamento se inverte quando fala-

mos das classes D e E, que representam 39,1% da amostra.

## 3. Como o consumidor costuma ir ao supermercado

'Ir à pé' é a forma mais utilizada pelos consumidores brasileiros para irem ao supermercado com 41,3% e em segundo 'ir de carro' com 39,0%.

Os outros meios de transportes foram: ônibus com 15,9% e táxi com 3,8%. A classe E é a que vai mais a pé fazer compras (67,2%). O segmento A é a que mais costuma ir de carro (84,4%) e menos habitual para a classe E (5,2%).

Com relação as regiões que compõem o estudo, a região 1 - que é formada pelos Estados do Nordeste é onde há a maior incidência de consumidores indo 'à pé' fazer compras em supermercados. As regiões 4 (Grande São Paulo), 5 (Interior de São Paulo) e 6 (Sul), são as que mais utilizam carro para realizar suas compras nesses estabelecimentos.

No Brasil, a média geral do consumidor que vai a esses pontos de vendas 'à pé' é de 41%. Enquanto, os que vão de carro, situa-se em torno de 39% da amostra pesquisada.

## 4. Quanto o consumidor gasta em média por compra

O valor da compra média a cada visita do consumidor ao supermercado é de R\$ 138,20 (média geral). Entretanto, a faixa de R\$ 30,00 a R\$ 100,00 é a que mais se destaca com 39,2%.

Constata-se a tendência de queda do valor da compra quando saímos da classe A para a classe E. Quanto às regiões, a 4 (Grande São Paulo) é a que apresenta a maior compra média R\$ 169,16 (22,4% acima da média).

Segundo os depoimentos, a maioria dos consumidores faz a sua 'compra grande' uma vez por mês ou quinzenalmente, levando cerca de duas a três horas no processo e gastando, em média, de R\$ 100,00 a R\$ 300,00. Este grupo complementa suas compras semanalmente no supermercado 'de bairro' levando cerca de uma hora, e gastando em média de R\$ 30,00 a R\$ 70,00.

Com relação a lista de compras, metade dos entrevistados faz e segue, e a outra metade 'vai vendo', comparando o que vê nas prateleiras com sua imagem do que falta em casa.

## 5. Formas de pagamento

A grande maioria dos clientes de supermercados costuma pagar as suas compras com dinheiro (67,9%), ficando

em seguida os que preferem utilizar o cheque (12,6%).

As outras modalidades: o cheque pré-datado 7%; cartão de crédito 8%; cartão banco 2% e ticket alimentação 3%. Os consumidores da classe E são os que costumam pagar com dinheiro (91,6%). As classes A e B são as que mais utilizam o cheque no pagamento das compras.

Com relação as regiões, o dinheiro tem maior destaque no pagamento das compras com média geral de (67,9%). O Nordeste é a região que mais paga com dinheiro (78,3%), sendo as regiões 4 e 5 (estado de São Paulo como um todo) as que mais utilizam o cheque ao pagar as compras.

## 6. Motivos que levam o consumidor a trocar de supermercado

A maioria dos consumidores entrevistados é fiel a um único supermercado com 54,8% do total da amostra, independentemente da classe social a que pertençam. Observou-se que 66,5% dos respondentes afirmam não ter trocado o supermercado principal nesse último ano.

Os principais motivos que propiciaram a troca do supermercado pelos 33,5% dos entrevistados, são: 54% preços melhores/mais baixos; supermercado melhor localizado, 22%; maior variedade de produtos, 10% e outros motivos, 14%.

## 7. Atributos importantes na escolha do supermercado

Os atributos mais importantes, na opinião dos entrevistados, na escolha do supermercado para fazerem suas compras foram: preços baixos 97,8%; preocupação com a higiene 96,8; rapidez nos caixas/pouca fila 96,5%; qualidade no atendimento 95,8% e não faltar produtos na loja 94,5%.

## 8. Ítem que provoca a mudança do supermercado que frequenta

Com relação a questão, os consumidores pesquisados afirmaram:

- preços baixos, 23,1%;
- maior rapidez nos caixas, 12,5%;
- mais promoções, 8,9%.

Para as classes sociais, o menor preço é o item de maior relevância, como na média geral, e é o que a maior parte das pessoas, independente da classe social a que pertençam, mudaria o estabelecimento que frequenta.

## 9. Hábito de comprar comida pronta

A pesquisa revelou que 25,5% dos entrevistados respondeu que têm o hábito de comprar comida pronta para

servir em algumas das refeições em seu domicílio.

As classes A e B são as maiores consumidoras desse tipo de alimento com 48%, sem grandes diferenças entre elas. Com o decréscimo do nível social, o consumo cai gradativamente, chegando a 5,7% para a classe E.

As regiões 4 e 5, formada por toda São Paulo, onde existe a maior concentração de pessoas e renda, é a que mais se destaca com relação ao hábito de comprar comida pronta comparado com as outras regiões.

Com relação a faixa etária, dentre os entrevistados, as pessoas que têm o maior hábito de comprar comida pronta têm menos de 55 anos, ficando as demais faixas abaixo da média brasileira que é de 26%.

#### 10. Onde e quantas vezes por mês o consumidor compra comida pronta

Apenas 15,5% dos consumidores que responderam ter o hábito de comprar comida pronta o fazem em supermercado. Os estabelecimentos 'Fast Food/Pizzarias tiveram a preferência dos respondentes com 47,7%. As pessoas compram comida pronta, em média, 4,3 vezes por mês, sendo a classe B a que mais vezes compra, com média de 5,1, seguida da classe A, com 4,9.

Por região, observa-se que as regiões 4 e 5 embora se apresentem como as que mais compram comida pronta a frequência é de 3,8 e 4,5 vezes ao mês respectivamente, ou seja menor que as outras regiões, como a 2 (Sudeste, ex-ceto Grande Rio de Janeiro e São Paulo) - 5,0 vezes/Mês e a 6 (sul) - 5,2 vezes/mês.

Os lugares preferidos pelos consumidores brasileiros são as padarias/rotisserias, 12,3%; supermercados, 15,5%; fast food/pizzaria, 47,0%; e outros restaurantes, 25,2%.

#### 11. Importância para o consumidor das informações nutricionais

Para 95,1% dos que responderam a pesquisa, afirmam ser de grande importância as informações nutricionais, enquanto apenas 4,9% afirmaram o contrário.

Perguntado aos consumidores se tinham o hábito de ler as informações nutricionais, 61% responderam que sim. Dos que possuem esse hábito, 56,3% costumam ler sempre; 43,7% buscam essas informações às vezes.

Observa-se que essa atitude dos consumidores brasileiros tem a tendência de queda desse hábito, conforme decresce a classe social, isto é, cerca de 78% da classe A afirmou ter o hábito, enquanto que na classe E, apenas 38,5%.

As três principais informações nutricionais mais importante na opinião dos entrevistados, pela ordem, foram: as vitaminas, as gorduras e o teor de colesterol dos alimentos.

#### 12. Grau de segurança quanto à qualidade dos produtos

A maioria, ou seja, 64% dos consumidores, estão seguros ou muito seguros quanto à qualidade dos produtos alimentícios vendidos nos supermercados: 27% diz-se indiferente (nem seguro, nem inseguro) e cerca de % sente-se inseguro com relação à qualidade. Perguntado qual a maior ameaça à qualidade dos produtos nos supermercados, os consumidores responderam: bactérias/germes e contaminação com 26,2%; produtos estragados devido à refrigeração inadequada com 21,6%; e insetos/ratos com 17,4%.

#### 13. Serviços existentes no supermercado que os consumidores costumam frequentar

Os serviços que apareceram como disponíveis nos supermercados e que os consumidores costumam frequentar são: lanchonete, 82%; revelação de fotos, 51%; farmácia 49%; e banca de jornais, 44%.

#### 14. Número de vezes que compram por mês num determinado estabelecimento

Os cinco principais estabelecimentos escolhidos e o número de vezes frequentado por mês pelos consumidores foram: padarias, 14 vezes; mercearias, 8,5 vezes; armazéns, 8,4 vezes; quitandas e açougues, tiveram participações iguais com 7,8 vezes.

O supermercado, apesar de ser frequentado por quase todos os consumidores, tem sua média de visita 3,9 vezes ao mês, ou seja, praticamente semanal.

#### 15. Número de vezes que o consumidor adquire certos produtos por mês

Perguntado aos respondentes quais os produtos mais adquiridos por mês, a pesquisa obteve as seguintes respostas: em primeiro lugar, pães frescos com 17,5 vezes; carnes frescas com 9,1 vezes; frutas/verduras/legumes com 8,3 vezes; bebidas não alcoólicas com 8,1 vezes; bolos/doces frescos com 7,3 vezes.

Analisando o fenômeno por região observou-se o seguinte comportamento:

- para a categoria peixe fresco, a média de compra/mês é de 4,5 vezes, entretanto, para a região 8 (Norte), o consumo verificado foi de 8,3 vezes, praticamente o dobro das outras regiões;

- frios e queijos cuja média é de 7,0 vezes ao mês, a região 7 (Centro-Oeste) compra quatro vezes ao mês;

- pão industrializado com média de 6,8 vezes/mês, assim se comportou: a região 8 (Norte) apresentou o hábito de comprar

esse produto com o dobro da média apontada; a região 7 (Centro-Oeste) apenas a metade das vezes; a região 6 (Sul) compra 9,2 vezes ao mês, afastando-se 50% da média;

- bebida alcoólica, a região 2 (Sudeste exceto Grande Rio e São Paulo) apresenta o hábito de compra em torno de 9,4 vezes/mês, 30% acima da média que é 6,9 vezes/mês;

- flores, a região 5 (interior de São Paulo) compra esse produto cerca de 80% mais vezes/mês que as outras regiões, com 5,9 vezes/mês para 3,5 vezes, que representa a média.

#### 16. Local preferido de compra

Existem dois lugares que são preferidos para fazer compras na opinião dos consumidores; o supermercado com 45,33% das preferências e o shopping center, com 35,70%.

Para as classes A e B o comportamento é idêntico, aparecendo pela ordem de importância: shopping center; supermercado; lojas de departamento; feira; e lojas de conveniência.

A classe C apresenta exatamente igual a média geral, enquanto as classes D e E, com comportamento semelhantes, elegeram o supermercado como o local preferido para fazer compra, em seguida a feira e em terceiro o shopping center.

A faixa etária entre 25 e 64 anos não se altera com relação a média geral, tendo o supermercado como o principal local de compra, seguido do shopping center. Os acima de 65 anos preferem as feiras aos shopping centers, invertendo a ordem do segundo e terceiro lugares que aparecem nas demais faixas.

Perguntado o motivo principal que leva o consumidor a preferir ir a um estabelecimento ou a outro, a realidade retratou: ir ao supermercado, por possuir variedade de opções; ir a feira em função do preço; ir a loja de conveniência por ter novidade; ir a loja de departamento pela variedade e opções; e ir ao shopping center em função da variedade e opções. Observa-se que o preço só é importante quando se refere a ir a feira. A variedade e opções é o motivo principal na decisão de escolher os outros locais de compra ●

\*Tiago Cardoso Rosa é professor do Departamento de Economia/UFPI. Especialização em Gerência e Tecnologia da Qualidade. Mestre em Gestão Universitária. Doutorando em Ciências Empresariais - Enfoque Marketing de Varejo pela Universidade del Museo Social Argentino.

# O SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

Samuel Costa Filho\*

Atualmente presenciamos um crescente agravamento da dívida pública e uma crise fiscal do Estado brasileiro que tiveram sua situação agravada. Todo esse quadro é decorrência da política inconseqüente de inserção passiva e subordinada do país ao processo de globalização financeira mundial.

Neste contexto se faz necessário uma reestruturação, recuperação e desprivatização do Estado brasileiro rumo a um novo modelo com verdadeira justiça social, autonomia financeira para União e as entidades subnacionais bem como a utilização dos recursos públicos objetivando prioritariamente dinamizar a economia, reduzir o desemprego e a miséria. Para tal fim, deve o Estado funcionar como alavanca e pólo transformador criando um novo modelo de acumulação que volte a impulsionar a economia nacional.

No passado recente, a constituição de 1988, embora sinalizasse na linha de atendimento das demandas sociais, possuía diversas imperfeições que foram sendo agravadas com a implementação do modelo e da política econômica dos anos 90.

Como é do conhecimento geral, objetivando a construção de uma sociedade mais justa e democrática a reforma tributária de 1988 determinou uma redivisão das competências tributárias entre as diversas esferas de governo, com a redução do campo de competência do Governo Federal e ampliação das áreas dos Estados e Municípios. Nessa linha de ação o federalismo se fortaleceu.

A reforma tributária de 1988 possibilitou aos governos subnacio-

cionais uma ampliação de sua base de tributos; uma maior autonomia na gestão dos recursos recebidos; uma maior participação nos recursos federais (aumento dos percentuais dos Fundos de Participação de Estados e Municípios); além de proibir a interferência da União na política tributária das unidades subnacionais.

Nos anos 90, de triste memória (uma década jogada fora) aconteceu a implementação de uma linha de política econômica nociva à economia e a sociedade brasileira, agravando muitas questões da economia e da sociedade e piorando o sistema tributário nacional.

Atualmente é quase consenso a necessidade de uma nova reforma tributária. Para o empresariado nacional a atual estrutura tributária é "injusta" por penalizar demais a produção e com isso dificultar o desenvolvimento econômico do país.

Por outro lado, os governos municipais, estaduais e até a União, às voltas com problemas orçamentários e na busca de conseguir mais recursos, estão também a favor da realização de uma reforma na estrutura tributária nacional.

Parece existir uma quase unanimidade entre empresários, governos e outros importantes segmentos da sociedade, da urgente necessidade de reformas na nossa legislação fiscal. Os críticos do sistema vigente dizem que ele é anacrônico, defeituoso e cheio de vícios.

Diante deste quadro devemos atentar para a realidade revelada pelo atual modelo tributário brasileiro. Um dos principais problemas diz respeito à elevada descentralização de recurso sofrido pela União,

em decorrência do repasse de recursos dos Fundos de Participação para Estados e Municípios.

O segundo ponto diz respeito a essas unidades subnacionais menos desenvolvidas. Apesar do avanço em direção à autonomia financeira dessas unidades, elas ainda dependem fortemente das transferências governamentais continuando assim sua dependência política.

O terceiro aspecto diz respeito ao desinteresse demonstrado pela União nos últimos oito anos pela cobrança dos impostos compartilhados como IPI e IR. O Governo Federal passou a adotar a alternativa de alargamento do campo de incidência das contribuições sociais, seja através da criação de nova contribuição seja por intermédio da majoração de alíquotas. Dessa forma, a União contribuiu para piora da qualidade do sistema.

Um outro ponto revela ser o Brasil um dos poucos países do mundo onde convivem dois IVAs (Imposto sobre Valor Agregado). O exemplo internacional demonstra ser o IVA um imposto de competência eminentemente federal. Acontece que no Brasil existe o IPI (federal) e o ICMS (estadual) atuando praticamente sobre a mesma base, numa clara implicação de duplicação de tributos.

Outro problema do sistema tributário brasileiro está relacionado ao ICMS. A adoção de alíquotas diferenciadas entre os Estados como medida de política de incentivos travestidos de estímulos financeiros para as empresas realizadas nos anos 90 promove benefícios fiscais e burla as determinações do Confaz.

A lei de responsabilidade fiscal, que tenta impedir o desperdício e o esbanjamento do dinheiro público, embora objetive moralizar e melhorar o gerenciamento da coisa pública é um grande entrave para uma efetiva participação do Estado brasileiro na busca de utilizar a política pública para financiar um maior e melhor desenvolvimento com justiça e melhorias sociais. Como último ponto, gostaríamos de ressaltar o desequilíbrio na composição da carga tributária que está assentada nos impostos indiretos, notadamente nas contribuições sociais incidentes sobre o faturamento. A adoção desse tipo de imposto tornou o sistema perverso e regressivo, contrário ao que ocorre nos países desenvolvidos.

Em decorrência dos problemas apresentados pelo sistema tributário brasileiro, os agentes econômicos acreditam que a nossa carga tributária seja excessiva. As distorções existentes, principalmente no campo da tributação indireta provocam a percepção nos contribuintes de que a nossa carga, além de alta, é heterogênea.

Na realidade, uma análise comparada com os países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento) revela que a carga tributária brasileira é baixa em relação à média dos valores observados na OCDE.

Convém esclarecer que a comparação pura e simples do nível da carga tributária tende a ser superficial e de deficiente poder analítico. São inúmeras as diferenças entre os sistemas e, principalmente, entre as sociedades sobre as quais as cargas incidem que pouco se pode concluir da simples comparação de números.

A estrutura dos impostos no Brasil se revela injusta em virtude de sua característica regressiva, ou seja, além da participação da tributação da renda ser baixa, quase

inexistente para as grandes fortunas, heranças e sobre a propriedade. Ela se concentra na pessoa jurídica, o que afeta negativamente a competitividade dos produtos nacionais.

Existem inúmeras distorções e privilégios acumulados ao longo do tempo. A reforma do aparelho fiscal para ser bem-sucedida não deve se restringir à sedutora idéia de uma mera simplificação dos tributos, como vem sendo proposto, com apoio crescente, por algumas correntes. As mudanças a serem realizadas devem seguir as normas da equidade e da capacidade de pagamento, contribuindo para uma verdadeira "justiça social". O modelo a ser seguido e implementado deve ser de tal modo que todos paguem impostos de acordo com suas posses e não somente determinadas classes. Com isso, queremos dizer que a reforma deve procurar ampliar a base tributária, transformar em contribuinte muito dos que hoje não pagam impostos, e ao mesmo tempo deve diminuir a carga tributária dos que atualmente estão a contribuir.

É inconcebível a existência de um sistema que permite as grandes fortunas e determinadas classes sociais terem seus interesses protegidos e beneficiados pelas leis, e, por outro lado, penaliza a produção, o consumidor e os que estão contribuindo para o sistema. Esse fato provoca injustiças e distorções, impedindo a melhora no perfil da distribuição de renda nacional ●

Samuel Costa Filho\* é professor do Departamento de Ciências Econômicas/UFPI, Doutorando do Instituto de Economia/UNICAMP.

## ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR

### Custo de Vida Teresina

O comportamento dos preços dos produtos alimentícios foi decisivo para a definição do perfil da inflação do teresinense durante o mês de setembro.

Foi constatado um crescimento médio de 0,55% para o conjunto dos preços dos produtos e serviços demandados pela população local, percentual que elevou a variação acumulada no ano de 2002 para 4,82% e a dos últimos 12 meses para 9,33%.

Avaliando-se o resultado de forma mais generalizada, constatou-se uma forte correlação do mercado local com a conjuntura nacional, especialmente no que toca ao comportamento da moeda nacional e sua relação com o dólar americano. Isto pode ser visualizado a partir das majorações do óleo de soja, que, só em setembro, cresceu 6,54% e foi responsável por cerca de 18% do aumento de 0,55% verificado no IPC-Teresina, e da margarina e do panificados, majorados respectivamente em 3,90% e 3,63%.

Ressalte-se ainda que estes produtos acumularam aumento, nos últimos 12 meses, de 31,14%, 17,57% e 33,03%.

Também apresentaram crescimento destacado no mês de setembro/2002: a cebola (+20,38%), as roupas de banho (+9,87%), a batata inglesa (+9,89%) e os queijos (+6,01%). Amenizando os impactos dos aumento citados acima, apareceram com preços inferiores aos praticados no mês anterior, o tomate (15,31%), o ovo (3,29%), a gasolina (3,03%), o açúcar cristal (0,99%) e o feijão (0,53%).

#### CUSTO E VARIAÇÃO DA CESTA BÁSICA

A cesta de produtos básicos, definida pelo Decreto-Lei n 399, de 30 de abril de 1938, que para a região Nordeste é composta por doze produtos cujas quantidades constam de nutrientes mínimos para a alimentação de uma pessoa adulta ao longo de um mês, custou ao trabalhador teresinense a importância de R\$ 100,11 (cem reais e onze centavos), valor 0,80% menor que o custo dos mesmos produtos verificado no último mês de agosto/2002, que foi de R\$ 100,92 (cem reais e noventa e dois centavos).

Essa queda de preços observada no custo dos produtos da cesta básica justifica-se pela queda dos preços de produtos como o tomate, a carne bovina e a banana, verificada ao longo do mês de setembro/2002.

Fonte: Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí- CEPRO

Solimar Oliveira Lima, Doutor em História/PUCRS e professor do Departamento de Ciências Econômicas/UFPI, está coordenando um projeto de extensão denominado Sexta Básica - Debates necessários para entender economia. O projeto visa possibilitar aos discentes do Curso de Economia e todos aqueles interessados em temas econômicos, uma melhor compreensão acerca da conjuntura econômica estadual, nacional e mundial. Pretende ainda, democratizar o saber e estimular a compreensão sobre o mundo em que vivemos.

Os debates acontecem (salvo impedimento de força maior) na última sexta-feira de cada mês no auditório do CCHL às 16:00 h. O evento desenvolve-se em dois momentos: no primeiro, o conferencista discorre sobre um tema previamente escolhido e, a seguir, o público presente é convidado a realizar interpelações. O Conselho Regional de Economia-22ª Região/Piauí é um dos parceiros na realização do projeto.

O primeiro debate ocorreu em maio com a palestra proferida pelo professor do DECON/UFPI, Samuel Costa Filho, Doutorando do Instituto de Economia/UNICAMP, que abordou o tema "A Crise Argentina e o Reflexo na Economia Brasileira".

O segundo debate ocorreu em junho e contou com a presença do professor Reinaldo Antonio Carcanholo da Universidade Federal do Espírito Santo, Ph.D em Economia pela Universidade Autônoma do México, que discorreu sobre "Globalização, Especulação e Perspectivas Econômicas". O citado professor participou ainda de outro evento organizado pela Coordenação do Curso de Economia, cujo tema tratado foi: "Novas Diretrizes Curriculares do Curso de Economia". A Vice-Governadoria do Estado do Piauí através do economista Felipe Mendes, professor do Departamento de Economia/UFPI, e o CORECON/PI, tornaram possível a vinda do professor Reinaldo Carcanholo à Teresina.

"A Inserção Subordinada da Economia Brasileira na Nova Ordem Econômica Mundial" foi o tema do terceiro debate realizado em agosto, apresentado pelo professor Luiz Carlos Rodrigues Cruz "Puscas", Especialista em Economia Rural pela Universidade de Campinas-PB e Coordenador do Curso de Economia/UFPI

O quarto debate aconteceu em setembro. A palestrante foi a professora do DECON/UFPI, Maria do Socorro Lira Monteiro, Doutora em Teoria Econômica pela Unicamp/SP.

"A Especulação Fundiária e a Produção nos Cerrados Piauienses" tematizou a atividade.

O economista Francisco José Soares Teixeira, professor da Universidade Estadual do Ceará e da Universidade de Fortaleza-UNIFOR, é o convidado para proferir a palestra do quinto debate, que acontecerá, excepcionalmente, no início de novembro. O professor Francisco Teixeira desenvolverá o tema "Empregabilidade: Passado Imperfeito... Caminhando para o Futuro?".

Em conjunto com o projeto desenvolvido pelo professor Solimar, foi lançado pela Coordenação do Curso de Economia e pelo Departamento de Economia a publicação Texto de Discussão. Este trabalho pretende subsidiar as atividades docentes e servir como instrumento de veiculação das idéias dos professores do DECON e dos professores conferencistas que contribuíram com o acontecer do projeto Sexta-Básica.

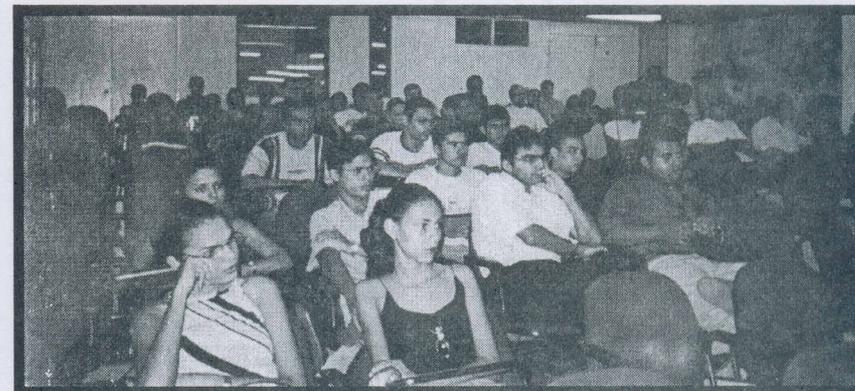
O autor do primeiro Texto de Discussão foi o professor Samuel Costa Filho que escreveu sobre "A Hipótese da Instabilidade Financeira diante do Capitalismo Globalizado". O segundo número da publicação trouxe um trabalho dos professores Reinaldo Carcanholo e Paulo Nakatani: "O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização". O terceiro número será lançado simultaneamente a palestra do professor Francisco José Soares Teixeira e o seu teor é a conferência que o citado professor irá proferir. Em seguida, flagrantos do Sexta-Básica.



Da esquerda para a direita: prof. Edson de Castro Lima, Chefe do DECON/UFPI, prof. Reinaldo Carcanholo, profa. Socorro Lira e o economista Pedro Andrade, Presidente do CORECON/PI.



Da esquerda para a direita: prof. prof. Luiz Carlos Rodrigues Cruz "Puscas", prof. Samuel Costa Filho e o economista Pedro Andrade.



Estudantes

## INDICADORES

CUSTO DA CESTA BÁSICA E RELAÇÃO COM O VALOR DO SALÁRIO  
MÍNIMO OFICIAL - OUTUBRO/2001 A SETEMBRO/2002

MESES	CUSTO DA	VARIAÇÃO	VR. SALÁRIO	
	CESTA	PERCENTUAL	MÍNIMO	A/B
	EM R\$ (A)	CESTA	EM R\$ (B)	(*)
Outubro	90,82	1,87	180,00	50,46
Novembro	95,94	5,64	180,00	53,30
Dezembro	98,03	2,18	180,00	54,46
Janeiro/02	103,12	5,19	180,00	57,29
Fevereiro/02	98,90	-4,09	180,00	54,94
Março/02	102,29	3,43	180,00	52,83
Abril/02	98,35	-3,85	200,00	49,18
Mai/02	95,08	-3,32	200,00	47,54
Junho/02	99,14	4,27	200,00	49,57
Julho/02	96,15	-3,01	200,00	48,07
Agosto/02	100,92	4,96	200,00	50,46
Setembro/02	100,11	-0,80	200,00	50,06

Fonte: Fundação CEPRO/Departamento de Estatística e Informática

(\*) Percentual do salário mínimo comprometido pelo custo da Cesta Básica

## VARIAÇÃO ANUAL DO IPC - TERESINA, SEGUNDO GRUPOS

GRUPOS	ANOS					
	1997	1998	1999	2000	2001	2002*
Alimentação	6,60	7,79	10,02	4,29	13,75	12,27
Habitação	8,05	9,93	14,91	6,52	10,43	9,97
Artigos de Residência	6,49	6,42	12,56	8,18	4,33	6,41
Vestuário	9,88	12,68	12,30	6,51	8,47	6,15
Transp. e Comunicações	23,57	6,37	24,63	18,40	10,42	3,71
Saúde e Cuid. Pessoais	11,53	9,16	14,40	6,18	4,16	7,93
Serviços Pessoais	8,56	4,81	5,59	5,12	12,19	9,97
<b>Índice Geral</b>	<b>9,67</b>	<b>8,05</b>	<b>12,57</b>	<b>6,99</b>	<b>10,85</b>	<b>9,33</b>

Fonte: Fundação CEPRO/Departamento de Estatística e Informática

\*Situação em setembro/2002

COMPOSIÇÃO, QUANTIDADE E VALOR  
DA CESTA BÁSICA - SETEMBRO/2002

PRODUTOS	QUANT.	VALOR (\$)	VARIAÇÃO PERCENTUAL	
			No Mês	12 Meses
Açúcar Cristal	3,00 kg	2,11	0,99	-4,74
Arroz	3,60 kg	3,98	1,95	16,42
Banana (frutas)	7,50 dz	11,91	-0,64	-27,94
Café em pó	0,30 kg	1,52	2,68	-6,30
Carne bovina	4,50 kg	21,39	-0,99	12,12
Farinha de Mandioca	3,00 kg	2,95	-0,29	8,89
Feijão	4,50 kg	9,56	-0,53	15,81
Leite Pasteurizado	6,00 l	6,21	1,21	12,06
Margarina	0,75 kg	3,02	3,90	17,57
Óleo Vegetal	0,90 l	2,17	6,54	31,14
Pão	6,00 kg	20,89	3,63	33,03
Tomate (verduras)	12,00 kg	14,40	-15,31	76,43
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>100,11</b>	<b>-0,80</b>	<b>12,29</b>

Fonte: Fundação CEPRO/Departamento de Estatística e Informática

## EXPEDIENTE

**INFORME ECONÔMICO**  
ANO 6 - Nº 14 - OUTUBRO/2002  
EDITADO PELA DECON / UFPI  
**JORNALISTA RESPONSÁVEL**  
GUSTAVO FORTES SAID - Reg. Prof. 802 DRT-PI

**COORDENAÇÃO**  
ECON. ENOISA VERAS/DECON  
enoisa@hotmail.com.br

**CONSELHO EDITORIAL**  
PROFESSORES/DECON:  
ANTONIO CARLOS DE ANDRADE  
MARIA DO SOCORRO LIRA MONTEIRO  
SAMUEL COSTA FILHO

**REVISÃO**  
III DENILSON DE ARAÚJO SOUSA

**PROJETO GRÁFICO**  
PROFA. EL MIRA SIMEÃO

DEPT. DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - UFPI  
**PROGRAMAÇÃO VISUAL** ENOISA VERAS  
TIRAGEM 1500 EXEMPLARES  
**IMPRESSÃO GRÁFICA-UFPI**  
**DISTRIBUIÇÃO GRATUITA**

**ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - CCHL  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CAMPUS ININGA - TERESINA-PI  
CEP: 64.049-550  
FONE: (0xx86) 215-5788/5789/5790  
FAX: (0xx86) 215-5697  
**HOME PAGE** www.ufpi.br/~ceco